XII CONGRESSO

DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Carolina de Jesus

Dias 28, 29 e 30 de setembro de 2017
Belo Horizonte - MG

CADERNO DE TESES
TEXTOS E CONTRIBUIÇÕES

ÍNDICE

Teses

Unidade Classista para um Novo Ciclo de Lutas..... 01

Construir a Unidade para derrotar o Governo e suas Reformas 04

Sindicato de Luta , Classista e Independente dos Governos 07

Para uma ofensiva Socialista nas Lutas dos Trabalhadores..... 11

Uma Rede em Luta! Unidos para trilhar os caminhos da resistência e da Valorização dos Trabalhadores em Educação de Belo Horizonte..... 14

Textos e Contribuições..... 18-32

TESES

Unidade Classista para um Novo Ciclo de Lutas

Esta tese que a Corrente Sindical Unidade Classista apresenta ao XII Congresso do SindREDE/BH é fruto de uma reflexão coletiva de militantes antigos e novos, ativos e aposentados, trabalhadores em educação da Rede Municipal de Belo Horizonte, que tem como objetivo o fortalecimento de nossa entidade e de nossa luta. Nossas ideias somam-se ao conjunto dos movimentos sociais representativos e combativos que desejam um sindicato que lute cada vez mais pela garantia dos direitos da nossa categoria, tanto pela manutenção daquilo que já foi conquistado quanto pela sua ampliação. Queremos uma entidade que tenha estrutura e direção democrática e coesa, eleita e regulada democraticamente pelo conjunto dos filiados, que dê vazão aos anseios imediatos e futuros da categoria, que seja, ao mesmo tempo, plural, unitária, combativa e eficiente.

Conjuntura:

"O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros". A assertiva do filósofo Antonio Gramsci permanece atual para compreendermos o crescimento vertiginoso da extrema direita em âmbito internacional. A crise do capitalismo de 2008 gerou tensões político-econômicas em todo globo tanto à esquerda, quanto à direita. Os *Think Tanks*, instituições a serviço da burguesia internacional, foram agentes fomentadores e articuladores desse crescimento da direita. A recente vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA é fruto desse processo. Países que historicamente resistem às intervenções imperialistas como Cuba e a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), enfrentam recentemente uma intensificação desses ataques. Cuba sofre há décadas sob o bloqueio patrocinado pelos Estados Unidos, e que tem gerado dificuldades estrondosas para a ilha caribenha, como se não bastasse a intensificação dos ataques subversivos/terroristas contra o país socialista, financiado por agências como *Associeted Press e Usaid*. O caso norte- coreano não é muito diferente, recentemente o ataque publicitário à RPDC tem sido mais intensificado em escala global. É preciso mencionar também o caso da Síria, que tem sido constantemente alvo dos ataques imperialistas. E mais recentemente é preciso mencionar a Venezuela e toda luta da revolução bolivariana, que se tornou o principal agente de resistência na América do Sul. Todos esses países têm em comum o enfrentamento ao imperialismo à autodeterminação dos povos, aos ataques do Capital sobre a classe trabalhadora e à sua soberania popular.

O Brasil, por outro lado, vive uma conjuntura nacional e internacional complexa e muito grave. Ao mesmo tempo em que a crise sistêmica global castiga o capitalismo há cerca de 10 anos, sem que os gestores do capital encontrem uma saída para a retomada do crescimento e estabilização das economias centrais, o Brasil enfrenta uma crise completa – econômica, social, política e ética. Em todo o mundo há uma ofensiva generalizada da burguesia para colocar na conta dos trabalhadores todo o ônus da crise, além do aumento das tensões internacionais, originárias das disputas intercapitalistas, que estimula a retomada da corrida armamentista. Aqui também em nosso País vivemos uma das mais graves crises políticas de nossa história moderna: a burguesia brasileira descartou o PT e sua política de conciliação de classes e resolveu constituir um governo puro sangue para intensificar e acelerar os ataques brutais contra os trabalhadores e as camadas populares.

Estamos diante de um governo impopular, desmoralizado, mas profundamente perigoso. Um governo que está implementando a agenda neoliberal predatória a qualquer custo, no menor espaço de tempo possível, mesmo que para isso tenha que se utilizar da lei antiterrorismo e da repressão aberta contra os trabalhadores e a juventude. Por outro lado cresce também o descontentamento na sociedade, muito embora aindadifuso, contra o governo usurpador, fato que se expressa nas greves e manifestações, nas ocupações dos estudantes, professores e funcionários públicos, nos bairros populares, nos protestos de rua, nos estádios de futebol, nos espetáculos musicais e teatrais e nos escrachos contra parlamentares e ministros do governo nos aeroportos, dentro de aviões ou em eventos públicos e até no carnaval. Essa crise também abre a possibilidade da construção de uma nova alternativa para os trabalhadores, um terceiro campo, que não esteja ligado à conciliação de classe nem à direita.

O estado de Minas sofreu durante muitos anos na gestão do tucanato, sob ataques constantes aos trabalhadores e aos movimentos populares. No rompimento desse ciclo, com a entrada do atual governador Pimentel do PT, os servidores estaduais esperavam uma nova forma de gestão, mas como já havíamos experimentado na Prefeitura de Belo Horizonte, isso não aconteceu. Assim como os anteriores, esse governo se coloca de forma completamente servil às exigências da classe dominante, com profundos cortes nos programas sociais para garantir o pagamento dos juros aos rentistas. No que tange aos servidores da educação, foi apresentado à ALMG, depois de várias reuniões com o sindicato, uma proposta de abono salarial em substituição ao subsídio. Pior, anunciou e propagandeou que está pagando o Piso (o que não seria mais do que sua obrigação) em um acordo histórico com os trabalhadores da educação. E assim, mais uma vez, os professores foram ludibriados.

Em Belo Horizonte, o longo ciclo de gestão PSB-PT se encerra na entrada de Kalil do PHS, eleito com o discurso da antipolítica. O mais sintomático é que as promessas de campanha se mostraram falsas no primeiro mês de gestão com o aumento aviltante do preço do transporte público. Kalil quer aplicar um choque de gestão com ajustes fiscais que prejudicam os trabalhadores e o funcionalismo público. Reivindicações históricas dos trabalhadores em Educação ainda não foram atendidas pela prefeitura, e a proposta de reajuste salarial oferecida pelo prefeito foi de 2,53% para 2017, proposta que foi rejeitada por setores do funcionalismo. No município ainda perdura a PBH Ativos, da gestão Lacerda, que é uma entidade totalmente estranha ao aparato público e que abre brechas para uso indevido da verba público e está sendo investigado em CPI na câmara municipal. O quadro para BH não é favorável, é de recrudescimento e ataque de direitos arduamente adquiridos pela classe trabalhadora.

Movimento Sindical:

Os impactos da crise capitalista internacional abalaram as condições que permitiam a política de conciliação realizada pelo PT desde 2003. O esgotamento dessa estratégia petista ficou mais evidente desde 2014. Preocupado em manter a confiança do grande empresariado, o governo federal petista esforçou-se em convencê-lo de sua competência para impor a agenda conservadora sobre o povo. Contudo, a burguesia queria mais agilidade nos ataques aos direitos dos trabalhadores, e assim lançou mão das mais espúrias manobras institucionais, como o golpe parlamentar que unificou setores da grande mídia e do empresariado, assim como parlamentares e membros do STF para livrar-se de Dilma, já desgastada por dirigir o Brasil na direção contrária ao prometido antes das eleições, e colocando Temer e sua quadrilha para fazerem o serviço sujo do capital. É nesse contexto que a espada capitalista segue apontada contra a cabeça da classe trabalhadora, ameaçando o direito de aposentadoria e outras conquistas essenciais presentes na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Hoje, é importante destacar a hegemonia capitalista no movimento sindical. Ou seja, a grande maioria dos sindicatos, federações e centrais sindicais está há anos nas mãos de setores políticos contrários aos interesses da classe trabalhadora. Isso não quer dizer que devemos esperar a reversão desse quadro para levar a cabo uma ofensivaideológica e fazer todos os esforços para barrar os ataques do patronato, aglutinando os setores combativos.

Ao contar com uma correlação de forças tão favorável, a burguesia busca implementar, e vem conseguindo, uma profunda contrarreforma do Estado brasileiro, visando a intensificação da exploração e da opressão aos trabalhadores. São exemplos destes ataques: o assalto ao fundo público para a garantia de recuperação econômica e lucratividade do empresariado, que se deu com a aprovação da chamada PEC DA MORTE, reduzindo drasticamente os investimentos em saúde, educação, previdência social, mobilidade urbana e demais serviços públicos pelos próximos 20 anos; a regulamentação da terceirização irrestrita, que proporcionará a demissão e a redução salarial de milhões de trabalhadores, além da deterioração das condições de trabalho e das relações trabalhistas; com a aprovação da contrarreforma trabalhista, direitos conquistados através de muita luta foram retirados, precarizando as relações de trabalho e dificultando a organização sindical; e, para complementar o rol, temos a grande possibilidade de sofrermos ainda mais com a aprovação da contrarreforma da previdência (PEC 287/16), que desmontará o sistema de seguridade social vigente e inviabilizará o direito à aposentadoria para a maioria dos trabalhadores. Por outro lado, as lutas de resistência para enfrentar tais ataques têm sido construídas com enorme dificuldade de articulação. A classe trabalhadora não tem conseguido realizar ações de enfrentamento nos patamares necessários para barrar as contrarreformas.

Em 2016, à partir da pressão das bases de algumas categorias sobre as burocracias sindicais, foi constituído o famigerado FÓRUM DAS CENTRAIS, que reuniu as direções de todas as centrais sindicais brasileiras, em tese, com o intuito de planejar e organizar as lutas de resistência. Mesmo com muitas divergências, foram convocadas a partir deste Fórum duas greves gerais em 2017, além de um conjunto de manifestações que, apesar de significativas, estiveram muito aquém da longa e radical jornada de lutas necessária. A primeira convocação para greve geral foi realizada com relativo sucesso em 28 de abril. Naquela oportunidade, conseguimos paralisar boa parte do setor produtivo, do comércio e dos serviços públicos em todo o país, impulsionados principalmente pela paralisação dos transportes e por bloqueios de rodovias. A segunda convocação, para 30 de junho, enfrentou muitas dificuldades de construção política. As direções pelegas da maioria das centrais não apenas fizeram corpo mole como promoveram confusões no processo de divulgação, criando um clima de incerteza quanto à greve duas semanas antes da mesma, como se sujeitaram a negociar com este governo golpista a permanência do imposto sindical em troca da desmobilização dos trabalhadores. A data tornou-se uma derrota política, na medida em que não conseguiu mobilizar os trabalhadores para efetivamente atingir a produção e a circulação de mercadorias e evidenciou para a burguesia que o movimento da classe não teria fôlego para barrar a contrarreforma trabalhista.

A fragmentação dos setores classistas desde o rompimento com a CUT, a cooptação direta e a derivada da estrutura sindical brasileira, bem como o apassivamento proporcionado por anos de conciliação de classe impulsionados pela direção política petista/cutista são elementos centrais para compreendermos a atual desorganização da classe e as recentes derrotas.

Dentro deste contexto e mesmo com toda a dificuldade, é fundamental que intensifiquemos o trabalho de mobilização para as lutas de resistência, para barrar a contrarreforma da previdência, de modo que a classe trabalhadora não seja vítima de um novo revés. Com o fim do ciclo petista/cutista, abre-se a possibilidade para a construção de um novo ciclo de lutas que deverá apontar para o movimento sindical a necessidade de ruptura com o capitalismo, potencializando o trabalho de base e radicalizando aslutas sociais. Apesar das sistemáticas derrotas do ponto de vista econômico, a classe trabalhadora tem tido saldos políticos significativos. Em especial nas bases de trabalhadores que se insurgem contra as direções sindicais recuadas e burocratizadas para levar a cabo a democracia dos trabalhadores e organizar lutas mais radicalizadas.

O ENCLAT – Encontro Nacional da Classe Trabalhadora proposto pela Unidade Classista desde o seu I Encontro Nacional permanece na ordem do dia como instrumento fundamental para a reorganização da classe, porém sua construção somente será possível após intenso trabalho de base e a partir de fóruns, frentes e blocos regionais de luta sindical, que visem à unificação da classe trabalhadora e dos agrupamentos sindicais do campo da independência de classe e da luta anticapitalista em um bloco comum de lutas.

Educação:

Diante dessa conjuntura de ataques aos direitos da classe trabalhadora em todas as esferas do poder institucional, a educação também sofre as investidas do capital, e em Belo Horizonte, essa realidade não é diferente. Os anos de gestões do chamado campo democrático-popular (Célio de Castro, PSB 97/2001 e Fernando Pimentel, PT 2001/2008) serviram para a introdução de políticas nocivas ao setor educacional, como o desmonte da Escola Plural sem uma contrapartida pedagógica clara, com a Secretaria Municipal de Educação, SMED, pouco ou nada contribuindo para amenizar uma educação reprodutora do caráter desigual, elitista, dependente, antinacional e racista da formação social brasileira. A situação se tornou ainda mais problemática com as gestões de Márcio Lacerda (PSB 2009/2016), de caráter gerencialista, com uma progressiva política de arrocho salarial dos servidores públicos da educação, perseguição de vozes contrárias com processos administrativos e *ex-ofícios*, e a efetivação das parcerias público-privadas na educação.

No âmbito nacional, o governo Temer, ao impor sua agenda antipopular, antinacional e pró-capital financeiro, estabeleceu o congelamento dos investimentos em direitos sociais, como a educação, por 20 anos com a PEC da Morte (EC 95/2016). Além disso, já em seu programa "Uma ponte para o futuro", Temer propôs a retomada da desvinculação de receitas para a Educação e Saúde, o que significa que estes setores não teriam sequer verbas mínimas garantidas (já bastantes reduzidas pela PEC da Morte) asseguradas à manutenção de seus custos essenciais. Em Belo Horizonte, o ex- prefeito Márcio Lacerda avançou na desconstrução da carreira dos servidores, efetivando uma política de privatização. Para se ter uma ideia, em 2012 haviam 66 UMEIs passando em 2017 para 128, entretanto, 46 dessas novas unidades foram construídas por meio por meio de Parceria Pública-Privada (PPP), e pelos próximos 20 anos a prefeitura terá que pagar as contrapartidas previstas no contrato para compensar os quase R$ 200 milhões que foram investidos. Outro aspecto dessa política foi a ampliação das creches conveniadas, que significam uma forte transferência de recursos públicos para iniciativa privada.

O governo Kalil (PHS) iniciou seu mandato com uma promessa de "cuidar do professor", no entanto, a realidade é a permanência da política da prefeitura de desvalorização do trabalho docente. A proposta de reajuste salarial de 2,53% é uma afronta aos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Belo Horizonte, que tem visto o poder de compra de sua remuneração cair a cada ano. A lei do Piso Salarial Profissional Nacional tem servido aos prefeitos como desculpa para a não elevação dos salários. A remuneração dos professores de BH em 2008, no ano da promulgação da lei era 55% maior que o PSPN, já em 2017, a remuneração da rede não representa mais que 2% acima da lei. Além disso, a luta pelo cumprimento integral da lei 11.738/2008 do 1/3 de jornada para planejamento (7 horas na RMBH) continua.

Nesse sentido, o assalto ao ensino público de Belo Horizonte nesse momento histórico pede a máxima unidade na luta contra o avanço reacionário, materializado em projetos como o "escola sem partido" e em cortes nos investimentos na educação pública. O avanço da empreitada reacionária impõe enormes retrocessos sociais, culturais e democráticos ao povo brasileiro. Esses retrocessos articulam e potencializam o processo de exploração e opressões da sociedade, na medida em que recuperam a raiz antipopular, racista, machista, lgbtfóbica e conservadora das elites brasileiras.

Terceirização:

A terceirização é uma forma de organização estrutural pela qual uma empresa pode transferir a outra suas atividades-meio, reduzindo a estrutura operacional, diminuindo os custos com o trabalhador através de redução no pagamento de benefícios e direitos, economizando recursos a partir da redução salarial e aumento da jornada de trabalho. Essa é a forma que as empresas têm encontrado para garantir seus lucros diante da crise sistêmica do capital. Essa prática tem sido complementada pela PL 4.302/98, aprovada pelo governo ilegítimo de Michel Temer, que permite até a terceirização de atividades-fim das empresas.

Na rede municipal de educação de Belo Horizonte os funcionários são contratados por meio dos Caixas Escolares, instituição jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos dos entes federativos da União. As contratações vão além das referentes à manutenção e administração do espaço escolar, como nas funções de Auxiliares de Serviços Gerais, Cantineiras, Artífices, como também se dão na contratação de Monitores do Programa Escola Integrada e dos monitores do Sistema de Inclusão Escolar, e atualmente atua na gestão do pagamento dos voluntários ressarcidos do projeto Mais Educação.

Essa prática não garante estabilidade às trabalhadoras e trabalhadores que atuam nas escolas, uma vez que os condicionam ao regime CLT, recebendo os menores salários dentre os trabalhadores em Educação, com uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, onde estão sujeitos a desvios de função e coerção patronal, trabalham em situação de risco, maior índice de insalubridade, disputando espaço com profissionais da educação concursados, mas recebendo 27% menos que os mesmos. Essas práticas se mantiveram nos 13 anos de governo do PT, e encontrou seu ponto mais agravado através do golpe parlamentar que deu início ao governo Temer, aprofundando a retirada dos diretos trabalhistas, que ocorreram no governo Petista, mas que agora segue um ritmo acelerado.

Diante dos abusos cometidos com a retirada dos diretos trabalhistas, somente a articulação dos trabalhadores a partir de seus postos de trabalho, e adesão na participação do calendário de paralisações rumo à greve geral será possível barrar a retirada dos diretos e conquistar melhores condições de trabalho, acesso à saúde e qualidade de ensino. Desta forma, para as trabalhadoras e trabalhadores dos Caixas Escolares da rede municipal, o único caminho é a criação de concursos públicos, para garantir estabilidade trabalhista, planos de carreira, melhores salários e de condições de trabalho.

O papel do sindicato deve seguir nesse sentido na promoção de ações necessárias para a superação da terceirização, garantindo o direito dos trabalhadores e desempenhando o papel de formação dos mesmos para lutar por uma sociedade justa e livre.

CONSTRUIR A UNIDADE PARA DERROTAR O GOVERNO E SUAS REFORMAS

Saudações a todxs xs delegadxs ao XII Congresso dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte, organizados no SIND-REDE/BH.

Esta é uma contribuição do MAIS, Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista ao Congresso.

A POLÍTICA DE AUSTERIDADE DO CAPITAL E A RESISTÊNCIA DOS POVOS

O mundo está marcado por tensões e conflitos que são resultados da prolongada crise do sistema capitalista e da ofensiva imperialista contra os povos e as nações.

Na fase neoliberal do capitalismo, a hegemonia do capital financeiro faz da especulação e do rentismo as principais formas de acumulação da riqueza, elevando a níveis extraordinários os capitais financeiros. As saídas do capital para a crise têm lançado o pesado ônus para os povos e nações tanto para os países centrais quanto à periferia do sistema através das políticas de austeridade.

O resultado tem sido a elevação dos níveis de desempregados, que já ultrapassam os 201 milhões, segundo a Organização Internacional do Trabalho, OIT (ONUBR, 2017), o aumento das mazelas sociais e a explosão da violência.

A ofensiva do imperialismo dos EUA e seus aliados tem provocado guerras, intervenções, bloqueios econômicos e golpes de estado. As guerras e as mazelas sociais têm produzido deslocamentos em massa de milhões de refugiados à procura da sobrevivência, drama humanitário que atingia 65,6 milhões de pessoas até 2016, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ACNUR (s.d.).

A luta e a resistência dos povos por direitos, soberania e autodeterminação se desenvolvem. Valorizar as lutas de resistência em cada país e explorar as contradições entre as nações imperialistas é fundamental para a acumulação de forças.

Nestes 100 anos da Revolução Russa de 1917, a crise do capitalismo indica a necessidade de reafirmar a luta pelo socialismo, a única saída para a humanidade.

NO BRASIL

Ao longo de 2015 e 2016, ocorreu uma mudança na correlação social e política de forças entre as classes sociais no Brasil. Esta alteração regressiva não foi continuidade de Junho de 2013; mas, sim, o seu avesso. O golpe parlamentar que derrubou o governo de colaboração de classes do PT foi o momento chave desta inflexão política. Houve, portanto, a consolidação de uma situação política defensiva, isto é, de uma correlação de forças caracterizada pela ofensiva política, social e ideológica da burguesia sobre a classe trabalhadora e sobre o povo pobre. Porém, o governo Temer entrou numa segunda fase em 2017. Inicialmente a dinâmica foi de enfraquecimento, pois o avanço do movimento de massas - expresso nas mobilizações de 8 e 15 de março, na marcha a Brasília de 24 de maio, e sobretudo na greve geral de 28 de abril - debilitou o governo e expressou a enorme

rejeição popular às reformas. Isso causou os primeiros reveses na base parlamentar governista, que passou a encontrar dificuldades para a aprovação da Reforma da Previdência. Junto com o avanço da resistência dos trabalhadores, a intervenção das igrejas, os áudios de Joesley Batista e a delação da JBS, colocaram o governo em crise. A nova ofensiva judicial, comandada pelo Rodrigo Janot (MPF) e o ministro Fachin (STF), aprofundou essa crise. Entretanto Temer vem conseguindo contornar a crise e se mantém à frente do governo, até o momento. A aprovação da Reforma Trabalhista no senado, a vitória de Temer na Câmara (rejeição da denúncia de Janot) e o refluxo das manifestações de rua sinalizam uma inflexão negativa na conjuntura. Observa-se um quadro de estagnação econômica após acentuada recessão. Ou seja, a crise não foi superada, ainda que a economia tenha parado de cair.

Após a posse de Temer, Henrique Meirelles passou a comandar o brutal ajuste fiscal e a agenda das contrarreformas sociais. A política econômica da classe dominante visa a imposição de um novo padrão de exploração da força de trabalho no Brasil, bem como a redução significativa dos gastos sociais para a remuneração da dívida pública. As crises nas alturas persistem, é verdade. Porém, observemos a dinâmica da classe trabalhadora e dos setores oprimidos. Ao longo do processo que desaguou no golpe parlamentar, prevaleceu no proletariado a paralisia. Em sua maioria, os trabalhadores se recolheram à casa enquanto a classe média tomava as ruas. Se fez sentir, nesse momento crítico, tanto a falta de uma alternativa política à esquerda com peso de massas, como o retrocesso na consciência e na organização independente dos trabalhadores.

Por outro lado, é preciso destacar as importantes lutas dos setores oprimidos e da juventude. As mulheres protagonizaram expressivas manifestações e por várias vezes pautaram o debate público em temas importantes como violência sexual, o Fora Cunha etc.. A luta do movimento negro também ganhou mais visibilidade com a campanha contra o genocídio da juventude pobre e negra, no embate pelas cotas nas universidades públicas etc.. A juventude, por sua vez, travou a primeira grande batalha (embora tenha sido derrotada) contra o ajuste de Temer na onda de ocupações de 2016. E foi, também, o principal setor nas mobilizações contra o golpe parlamentar. Se os anos de 2015 e 2016 foram marcados pelo refluxo e fragmentação das lutas dos trabalhadores, em 2017, verifica-se uma importante mudança de conjuntura. Entrou em cena o movimento de massas contra as reformas. O governo perdeu o debate na sociedade: a ampla maioria da população posicionou-se contra as reformas da Previdência e Trabalhista. Vendo seus direitos fundamentais ameaçados, o proletariado se colocou em movimento de resistência - foi decisivo para isso o fato de que as principais direções sindicais e políticas dos trabalhadores tenham convocado dias nacionais de luta e a greve geral de 28 de abril. Mas, quando as direções majoritárias recuaram, algumas traindo (Força Sindical, UGT) e outras recuando (CUT, CTB) da greve geral marcada para o dia 30 de junho, a resistência de massas perdeu força. Em outras palavras, embora tenha aumentado a disposição de luta dos trabalhadores, não há uma situação ofensiva em que os trabalhadores estão passando por cima dos aparatos burocráticos.

O elemento particularmente significativo da situação política consiste no fato de que a crise política "dos de cima" não é acompanhada por um correspondente avanço "dos debaixo". Quer dizer: embora exista um quadro de divisão na classe dominante no terreno político-institucional, a classe trabalhadora mantém-se na defensiva - ainda que tenha ganhado corpo o movimento de resistência contra as reformas de Temer. Para enfrentar este cenário, defendemos um programa mínimo urgente em torno do qual deve se lutar por ampla unidade que pode ser resumida em: Fora Temer e suas reformas.

A luta política contra o lulismo e o petismo tem uma importância central. Sem a batalha pela alternativa política, o processo de reorganização da esquerda não avançará, assim como as lutas e a frente única será derrotada. É preciso desenvolver a unidade política envolvendo PSOL, PSTU, PCB e todas as organizações políticas e movimentos sociais, a exemplo da Frente Povo Sem Medo, que estejam dispostos a conformar uma alternativa de esquerda socialista ao petismo, no terreno político geral e eleitoral.

O combate à extrema-direita e à nova direita. O fortalecimento da extrema direita e da nova direita nos últimos anos coloca uma tarefa de primeira importância: a luta política e ideológica contra esses setores ultrarreacionários. Nesse momento, esse embate deve mirar dois alvos principais. Em primeiro lugar, o neofascismo. Jair Bolsonaro é o principal representante desse setor e tem hoje relevante peso político em todo país. Não se trata de uma questão secundária, afinal estamos falando do aparecimento de um líder neofascista com influência de massas. Em segundo lugar, é precisar travar um duro combate contra a nova direita. Tanto aquela que aparece por dentro dos tradicionais partidos burgueses, como João Dória e outros novos nomes do PSDB, DEM etc., como aquela que surge em novas organizações (MBL, VPR, Moro, Novo Partido etc.).

CONJUNTURA MUNICIPAL

Kallil foi eleito prefeito de Belo Horizonte através do marketing do não político. Mesma estratégia utilizada por outros candidatos Brasil afora. Fez promessas de um governo diferente, que nada iria construir, mas fazer funcionar. Que trataria os servidores com "carinho". Entretanto o Governo Kallil segue o receituário de ataques aos serviços públicos e aos servidores dos governos anteriores, a exemplo de Márcio Lacerda e Fernando Pimentel. Não à toa, manteve figuras centrais do governo anterior e já teve um primeiro enfrentamento com um setor que são os camelôs. Prossegue com a política de privatização da cidade, de manutenção das parcerias público-privado nos serviços

públicos, como forma de trazer investimento privado, mas cujo resultado é transferir os serviços públicos para o controle das empresas e transferir para elas os recursos do município.
Acreditamos que este governo tentará impor a redução drástica de gastos com os servidores e destruição dos seus planos de carreira.
Para combater este governo e sua política, nós acreditamos na necessidade da unificação dos servidores, conforme vem sendo encaminhado, e uma companha em defesa dos serviços públicos para ganharmos a sociedade nesta luta.
Nesse sentido, propomos:
- Oposição ao governo Kallil; denunciar o governo junto à sociedade através de matérias e mídia digital; articulação do SIND-REDE/BH com os movimentos sociais da cidade e com as comunidades escolares, diretamente ou através das lideranças locais, que estejam no campo da luta social, apoiando as demandas sociais e denunciando o governo municipal, bem como os demais governos.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS
A crise na educação pública não é consequência do déficit nas contas públicas, tampouco de má gestão. A crise na educação pública é um projeto, um projeto neoliberal hegemônico de desmonte do Estado, impulsionado ainda no governo FHC através da contrarreforma do Estado e continuado pela política de conciliação de classes de Lula e Dilma. O sucateamento decorrente deste projeto de desmonte não é fruto de descaso ou ingerência, mas um passo essencial para a diminuição da máquina estatal e consequente inserção e consolidação de parcerias público-privadas mais estáveis no âmbito da educação pública assim como já ocorre na área da saúde, tendo como finalidade atender aos interesses econômicos de diversas frações da burguesia. O aprofundamento sobre essa temática será exposto no espaço reservado aos textos.

BALANÇO DA DIRETORIA DO SIND-REDE/BH, CONCEPÇÃO SINDICAL E REFORMA ESTATUTÁRIA
O SIND-REDE/BH é um sindicato importante na cidade de Belo Horizonte e uma referência em nível nacional. A vinculação do sindicato à central CSP-CONLUTAS garante uma inserção do sindicato às lutas mais gerais, dentro de uma perspectiva de sindicalismo combativo, independente dos governos e dos patrões e democrático. A luta contra o burocratismo no movimento sindical também é uma marca desse sindicalismo praticado pelo SIND-REDE/BH e pelas entidades que constroem a CSP.
Defendemos a liberdade e autonomia sindical, por um sindicalismo que rompa com a herança getulista que persiste no sindicalismo brasileiro até os dias atuais. Lutamos contra o processo de burocratização sindical, através de mecanismos de combate a esse processo, a exemplo da devolução do Imposto Sindical, da proporcionalidade na composição da Diretoria, do limite de mandato sindical, contra o recebimento de jetons de dirigentes e trabalhadores da base em cargos de Conselhos, revezamento de liberação sindical, e contra todos e quaisquer privilégios aos dirigentes sindicais.
A atual gestão, 2016 a 2018, tem realizado um esforço muito grande em manter mobilizada a categoria. Esta impulsionou ativamente a luta geral contra as reformas de Temer, assumindo protagonismo municipal, estadual e nacional, através da greve da educação e da agenda nacional de mobilizações. Em Belo Horizonte foram distribuídos 850 mil panfletos denunciando as reformas neoliberais de Temer e construindo a mobilização nacional contra esse governo. Participamos ativamente das greves gerais dos dias 28/4e 30/6, para o ato de Brasília, organizamos 10 ônibus, incluindo um que envolveu uma comunidade de Venda Nova. As comunidades escolares foram envolvidas nesse processo, com destaque para as regionais do Barreiro e Venda Nova.
Houve dificuldades na combinação da luta geral com a específica da categoria em relação ao governo municipal, esse seria um dos pontos negativos desse processo. Entretanto é bom compreendermos que se tratou de uma priorização pela luta nacional.
Da parte do conjunto da Diretoria ainda persiste dificuldades em se garantir as visitas às escolas e UMEIS, muito embora tenha se tentado avançar nesse processo. A limitação de dirigentes sindicais liberados, atualmente são 7, é uma das causas dessa dificuldade.
Problemas que apontamos nessa gestão: dificuldades no trabalho de base e investimento na Organização por Local de Trabalho; dificuldades no envolvimento de todos os diretores nas atividades sindicais; persistem problemas na imprensa e comunicação do sindicato, se constituindo enquanto um problema democrático; falta atuação da diretoria na formação dos coletivos do sindicato, a exemplo do de opressões; falta investimento em formação política e sindical da diretoria e do conjunto da categoria.
Acreditamos que este Congresso pode apresentar resoluções e propostas políticas para superarmos estes e outros problemas e demandas para o sindicato.

COMBATE ÀS OPRESSÕES: MULHERES, LGBTS, NEGRAS E NEGROS
As reformas neoliberais têm atacado os direitos de toda a classe trabalhadora, mas as mulheres, negrxs e LGBTS são atacados mais duramente, por isso nos colocamos contra as reformas e contra os governos e o congresso que as implementam.

Faz-se fundamental a unidade de toda a classe trabalhadora na luta contra as reformas e contra todos os governos que retiram direitos, organizando movimentos nacionais, greves gerais para barrar esses ataques.
Sobre a questão racial, entendemos que xs negrxs, que são a base real da pirâmide social, são os principais atingidos pela precarização do trabalho, pelo desemprego e os que mais sofrem com o sucateamento dos serviços de educação e saúde. A falta de moradia e saneamento básico, o aumento da violência no cotidiano das cidades e no campo são frutos da violência praticada pelo Estado. Este deveria ser o principal responsável por políticas públicas de reparação, ações afirmativas e cotas, para pôr fim às desigualdades raciais e sociais impostas desde o fim da escravidão. É preciso aprofundar a unidade e as ações de combate, na luta direta contra o racismo.
Sobre a violência contra a mulher, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Central de Atendimento à Mulher registrou em 2014, 1.133.345 atendimentos. O número foi 51% superior ao de 2015 que foi 749.024, (IG, 2017). Em quase 70% dos casos quem espanca ou mata é o marido, ex-marido ou namorado da vítima. A violência contra as mulheres se manifesta também na precarização do trabalho e na desigualdade salarial entre homens e mulheres. A reforma trabalhista que possibilita que o acordo em negociação prevaleça sobre a legislação (CLT), vai permitir que direitos como licença-maternidade, hora-amamentação e estabilidade para gestantes seguramente sejam atacados. As mulheres sofrem ainda a dupla jornada, com a maior parte das tarefas do lar. O Ministério da Saúde registra que ocorrem entre 700 mil e 1,2 milhão de abortos induzidos ao ano no país, dos quais cerca de 200 mil resultam em internação devido a complicações no procedimento. Qualquer política séria de saúde para as mulheres teria de levar isso em consideração, sobretudo quando há comprovada queda desses índices em países onde o aborto já é seguro e descriminalizado. A luta pelo combate contra a violência a que mulheres são submetidas e pela aplicação e ampliação das Lei Maria da Penha também são nossas reivindicações.
Sobre a homofobia, estudos recentes afirmam que no Brasil há 1 morte de homossexual a cada 25h (ALVIM, 2017). Este dado coloca o Brasil como país campeão em mortes contra homossexuais. Mas as bandeiras de luta históricas dos LBGTT's como a criminalização da homofobia e a conscientização nas escolas públicas se tornaram moeda de troca do governo. Em 2011, Dilma retirou das escolas o kit de combate à homofobia para que Palocci não fosse ouvido em uma CPI no Congresso Nacional.
Transexuais e travestis continuam a não ter sequer o direito ao reconhecimento de seus nomes sociais em repartições públicas ou em documentos expedidos por órgãos federais. Mesmo a união civil entre pessoas do mesmo sexo, aprovada também em 2011 pelo Supremo Tribunal Federal, mostra que o judiciário teve que cumprir o papel de "legislador" dada a inércia do legislativo federal. Os homossexuais da classe trabalhadora são os que mais sofrem, inclusive no serviço público, traduzido muitas vezes em brincadeiras e em piadas, sendo uma das portas do assédio moral. É comum ouvirmos comentários pejorativos sobre a orientação sexual de algum servidor. Temos que lutar contra a homofobia, tipificá-la enquanto crime.
A luta em defesa da diversidade é importante na conjuntura atual, pois o crescimento de movimentos de direita e fascistas buscam aniquilar o direito à diversidade. O movimento Escola Sem Partido é um exemplo nesse sentido.
Assim sendo, propomos que o SIND-REDE/BH crie coletivos que articulem a luta contra as opressões.

Referências:

ACNUR (s.d.) **Tendências Globais sobre refugiados e outras populações de interesse do ACNUR** . Disponível em:< http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/ >Acesso em 08 set.2017.
ALVIM, Mariana. **O Globo. Homofobia mata uma pessoa a cada 25 horas; Norte tem maior índice.** 24/01/2017. Disponível em:< https://oglobo.globo.com/sociedade/homofobia-mata-uma-pessoa-cada-25-horas-norte-tem-maior-indice-20819002 >Acesso em 08 set.2017.
IG**. Site revela dados de agressões contra mulher nos 11 anos da Lei Maria da Penha.** SP, 07/08/2017.< http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-08-07/violencia-contra-a-mulher.html >Acesso em 08 set.2017.
ONUBR. **OIT estima que desemprego global terá aumento de 3,4 milhões em 2017.** 12.01.2017. Disponível em:< https://nacoesunidas.org/oit-estima-que-desemprego-global-tera-aumento-de-34-milhoes-em-2017/ >Acesso em 08 set.2017.

SINDICATO DE LUTA, CLASSISTA E INDEPENDENTE DOS GOVERNOS

Olá a Todas(os) Delegadas(os)!

Chegamos ao XII Congresso das(os) Trabalhadoras(es) da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, sendo que neste congresso já temos 11 anos de fundação do Sind-REDE/BH. A criação do Sind-REDE/BH se deu com o rompimento com o Sind-UTE/MG, além da desfiliação da CUT, pois era latente a perda da autonomia sindical devido ao atrelamento com os governos compostos pelos PT. Reafirmamos neste congresso os princípios de criação desta entidade de combater qualquer tipo opressão e de defesa intransigente de sua independência e autonomia em relação às organizações e partidos políticos, organizações religiosas, entidades patronais e ao Estado. Este congresso da categoria se pautará por uma discussão importante sobre conjuntura política,

educacional, opressões, concepção sindical e reforma estatutária e as questões ligadas às condições de vida de trabalho dos/as trabalhadores/as em educação da Rede Municipal. A discussão será importante para fazermos um balanço das consequências da política de conciliação de classe que nos levou a esse cenário de retirada de direitos, com uma maior intensificação no governo Temer (PMDB), respaldado pelos corruptos do Congresso Nacional. Na atual conjuntura é preciso a máxima unidade possível contra a Reforma da Previdência e pela anulação da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização, aprovando o seguinte plano de ação. Mas, esta unidade não é a mesma coisa e nem pressupõe frente eleitoral e unidade sobre a saída política para o país, principalmente na perspectiva de iludir a classe trabalhadora de que a saída está por dentro do capitalismo, de que as eleições vão mudar a vida. Precisamos ter a ousadia de tomar medidas de enfrentamento contra os capitalistas e o capitalismo, a ousadia de defender que a saída para a crise está num governo socialista dos trabalhadores, que governe através de conselhos populares. Que possamos ter um excelente congresso!

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Os trabalhadores ainda vivem os reflexos de uma das maiores crises do capitalismo mundial aberta em 2008. A desaceleração e a estagnação da economia chinesa aliada ao frágil crescimento mundial e o fim do boom dos preços das commodities seguem causando um desastre nos países exportadores de matérias primas afetados pelo endividamento das empresas, pela valorização do dólar e aumento dos juros dos EUA.

Apesar do aumento da exploração, da precarização do trabalho, do desemprego, e da política dos países imperialistas de buscar jogar a crise para a periferia, o capitalismo não conseguiu ainda abrir caminho para uma forte retomada de investimentos. Esse ciclo econômico continua marcado por um ataque sem precedentes ao nível de vida da classe trabalhadora, para salvar os lucros dos banqueiros e grandes empresários. O imperialismo e as burguesias desatam uma guerra social contra a classe trabalhadora, derrubando salários, renda, direitos, aumentando a pobreza e a desigualdade, além de uma forte crise ambiental. O plano imperialista em todo o mundo é implementar os planos de ajustes e austeridade. Por outro lado, os trabalhadores têm se levantado contra essas medidas e travado lutas importantes como as ocorridas na Europa e na América Latina. A crise econômica potencializa a crise social e política. Há uma polarização em todo mundo e o caráter histórico dessa crise exige uma saída estratégica pela defesa da independência política frente aos governos capitalistas (incluindo os de colaboração de classes) no mundo inteiro. A eleição de Trump, um populista de direita, é expressão da crise mundial e fator de aprofundamento da mesma. Não era o candidato preferido da burguesia americana, já nasceu questionado e enfrenta fortes resistências em todo o mundo. A eleição de Trump é expressão de início de crise do regime, com uma forte rejeição com os dois grandes partidos burgueses (Republicano e Democrata). Trump foi eleito tendo menos votos diretos que Hilary Clinton, por ser visto como alguém "por fora do sistema". Houve importantes e massivas mobilizações por direitos democráticos como a do movimento negro dos EUA contra o racismo com a hastag #TheBlackLivesMatter (Vidas negras importam). As massivas manifestações de mulheres nas principais capitais do país que se irradiaram ao redor do mundo no 8 de março. Os protestos de rua e até ocupação de alguns aeroportos contra a medida xenofóbica e islamofóbica de Trump e em solidariedade aos imigrantes muçulmanos. Manifestações de imigrantes latinos e a campanha de trabalhadores de Fast-food por aumento nos salários expressam o descontentamento da classe trabalhadora americana e sinalizam importantes processos de mobilização e reorganização.

Resistência aos planos neoliberais na América Latina

A crise econômica atingiu em cheio a América do Sul, a partir de 2010, que, de conjunto, teve uma retração de 2,4% do seu PIB em 2016. A previsão para 2017 de diferentes órgãos e institutos é de uma recuperação frágil, apontando para um crescimento de cerca de 0,9% do PIB. A política do imperialismo segue sendo a ampliação da dependência dos países da América Latina de recuperar a economia dos países imperialista, implementando um verdadeiro processo de recolonização, através da intensificação do endividamento e dos planos de ajustes contra os trabalhadores. No terreno político também houve mudanças no continente. Os governos de conciliação de classe como no Uruguai, Chile, Argentina, Paraguai e Brasil foram sendo substituídos por governos burgueses tradicionais, como por exemplo Macri na Argentina ou Temer no Brasil (com níveis de popularidade iguais aos de Dilma-PT) que assumem dispostos seguir com a guerra social contra os trabalhadores, aumentar o patamar de exploração: rebaixar salários, retirar direitos e avançar em maior submissão dos países e do continente ao imperialismo. Nos últimos dois anos houve importantes mobilizações no continente. Greve geral em países como México, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil e diversas mobilizações no Peru, Colômbia e com destaque para o Paraguai em que os manifestantes incendiaram o parlamento. Os trabalhadores saíram às ruas para protestar contra os planos de ajustes e por melhores condições de vida.

CONJUNTURA NACIONAL

A crise mundial do capitalismo iniciada em 2008 segue em aberto: o capitalismo não conseguiu uma retomada dos investimentos. Na tentativa de recuperar a taxa de lucros, a burguesia e seus governos

desencadearam uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores e os pobres, através da aplicação pacotes de austeridade/ajuste fiscal em nível mundial. Nos países semi-coloniais, como o nosso, os efeitos da crise mundial são ainda maiores: soma-se à guerra social e a maiores patamares de exploração e de super-exploração, a rapina imperialista dos países: com a desnacionalização de empresas, privatizações, entrega do patrimônio público e até do solo e sub-solo aos capitais estrangeiros, maior sangria da dívida pública, o que resulta em maior subordinação dos países e empobrecimento da classe trabalhadora. É esse contexto somado ao fim do boom dos preços das matérias-primas o pano de fundo do fim do ciclo dos governos burgueses de colaboração de classes ou "nacionalistas burgueses", que perante a crise passaram a retirar direitos e atacar os trabalhadores, perdendo lastro social. O Brasil é explorado pelo imperialismo, mas atua como capitão do mato das multinacionais na América do Sul, aproveitando para a burguesia brasileira, os espaços que o imperialismo lhe deixa como sócia menor daquele, na exploração e opressão dos países sul americanos. A vergonhosa ocupação do Haiti é parte desse papel a que se presta a burguesia e o Estado brasileiro. A situação da crise econômica, política e social que enfrentamos no país é parte desse cenário. O governo Temer (PMDB) vem comemorando a queda da inflação e a redução dos juros este ano, mas não explica que isso se deu à custa da mais severa recessão das últimas décadas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o Brasil fechou o segundo semestre deste ano com 26,3 milhões de trabalhadores desempregados ou subocupados (e este é um dado bastante subestimado).

A burguesia tem acordo em fazer os trabalhadores pagarem a conta, mas como ocorre nas épocas de crises, os poderosos também se dividem em como aplicar seus planos e, acima de tudo, sobre qual o setor burguês que fica com a maior parte do bolo. Isso explica as divisões e disputas interburguesas que temos assistido no último período, inclusive, no apoio a Temer. Parte da burguesia e dos meios de comunicação chegou, inclusive, a impulsionar a queda do peemedebista logo após as delações da JBS. Temer se manteve no cargo, mas o custo foi alto, não só aumentando a indignação popular, mas também graças a um maior dilaceramento da base parlamentar (da qual está cada vez mais refém), e gastos com a compra de deputados, que afetam a já combalida situação fiscal do governo. A Operação Lava Jato é uma expressão dessa crise e das disputas interburguesas e, por isso, seguiu alimentando e "se" alimentando da crise política. Sob o governo Temer, se acirrou inclusive uma crise institucional, com enfrentamento entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A crise de representação política é outra característica do período que estamos vivendo. Temer é o governo mais impopular da história, considerado ruim ou péssimo por 75% dos brasileiros e com apenas 5% de apoio, segundo pesquisa do Ibope. Há também um descrédito generalizado nos políticos e nas bases da democracia burguesa. Segundo o instituto DataPoder360, o Congresso tem rejeição de 66%.

Ataques históricos aos direitos

Dilma caiu por que seu governo entrou em colapso em razão da crise econômica, da perda do apoio da classe trabalhadora e da ingovernabilidade junto ao Congresso, ou seja, por que perdeu as condições para continuar aplicando o ajuste fiscal que o próprio PT tinha dado início, principalmente no 2° mandato. Temer, foi a "pinguela" à mão naquele momento para tentar uma saída transitória. Por isso, apesar de toda a fragilidade e impopularidade de Temer, toda a burguesia, seja através do Executivo, do Congresso ou do Judiciário, vem buscando aplicar a ferro e fogo o ajuste e as reformas. Nisso todos eles, tanto o PMDB, PSDB, PT e a maioria dos partidos do Congresso, têm acordo e desferiram duríssimos ataques aos trabalhadores, conseguindo aprovar medidas que representam um retrocesso histórico nos direitos, como a terceirização irrestrita, a Reforma Trabalhista, a imposição de um teto nos gastos públicos por 20 anos, entre outras medidas.

Consequências para os grupos oprimidos

A grave crise social vem impondo também brutais ataques às condições de vida dos trabalhadores e do povo pobre, principalmente nas periferias e sobre os setores mais oprimidos e explorados (negros/as, mulheres e LGBTs, quilombolas e indígenas). A criminalização da pobreza e das lutas sociais é outra face desta ofensiva, pois os governos sabem que precisam atacar os que lutam.

A reação dos trabalhadores e a polarização da luta de classes

Diante da crise no país e dos brutais ataques aos direitos, os trabalhadores, a juventude e os setores oprimidos, longe de estarem derrotados ou apáticos, demonstraram grande disposição de luta. As greves e mobilizações que já estavam num crescente desde 2012, com a crise política e as medidas de ajustes, seguiram e colocaram a classe trabalhadora em forte movimento. Diferente do que diz Lula, junho de 2013 abriu um nova e positiva correlação de forças entre as classes, havendo desde então um crescimento ainda que não linear das lutas. No último período a classe trabalhadora, tendo inclusive a classe operária à frente, foi a vanguarda das mobilizações, retomando métodos tradicionais da classe. Vimos ainda o movimento de ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas e as mobilizações das periferias na luta contra o genocídio praticado pela PM contra o povo pobre e negro. A série de mobilizações teve seu ápice este ano, com as mobilizações que foram se intensificando desde o Dia Internacional das Mulheres, em 8 de março, o dia nacional de paralisações em 15 de março, aliado a isso, a greve Nacional da Educação, e o 31 de março, que culminou na Greve Geral de 28 de abril, talvez a maior da nossa história. A Ocupação de Brasília, no dia 24 de maio, levou mais de 100 mil pessoas à capital federal, realizando uma das

maiores manifestações já realizadas no DF. Destaca-se que o Sind-REDE/BH organizou uma caravana com 10 ônibus. E não há como esquecer a heroica resistência protagonizada pelos manifestantes diante da brutal repressão policial, com o papel de destaque da CSP-Conlutas. Se por um lado, os ataques do governo e dos empresários são fortes e acabaram com direitos históricos, a resistência demonstrada pelos trabalhadores também é histórica.
Fora Temer e todos os corruptos do Congresso Nacional! Que a classe trabalhadora aposte na ação direta e não numa saída via eleições burguesas em 2018.

CONJUNTURA ESTADUAL E MUNICIPAL

O Estado de Minas Gerais vivenciou uma profunda retida de direitos com a implementação do choque de gestão de Aécio/Anastásia (PSDB). Pimentel (PT) assume o governo se aliando com partidos burgueses, a exemplo disso o apoio do PMDB, que compôs a chapa como vice-Governador. Muitos ainda defendem o governo do PT no Estado. Um governo que segue aprofundando a terceirização e a implantação de projetos privatistas como tempo integral, ENCCEJA e currículo flexível. Não podemos esquecer como foi a gestão de Pimentel na prefeitura de BH, dentre os legados, iniciou a política de parceria público-privada, dividiu a carreira da educação, com a criação do cargo de Educador Infantil, e participou de uma aliança com Aécio Neves para eleger como prefeito o empresário Marcio Lacerda (PSB). Na Prefeitura de BH, com pouco mais de 07 meses de governo é possível já caracterizar a gestão de Kalil (PHS)? É certo que existe grande expectativa de uma parcela da população belo-horizontina. Elementos do populismo aparecem com a linguagem simples e popular, comportamento bem carismático, afirmação de que não é igual aos outros políticos. Porém, antes mesmo de tomar posse, tornou público seu apoio ao aumento no salário de vereadores e secretários de BH. Lógico, seria ele mesmo beneficiado com um salário de mais de 1 mil reais por dia. Desapareceu o discurso de enfrentamento dos grupos que dominam há décadas o transporte coletivo na capital. O transporte coletivo ainda é dominado pelo empresariado que lucra com o sufoco da população, com uma das mais caras tarifas do país. Quando cobrado um posicionamento do cancelamento do aumento a resposta de Kalil foi a de que "não iria rasgar contrato". Para avançar é preciso romper com os grupos que dominam o transporte na capital e estatizar o transporte público. E o discurso do fim da Parceira Público-Privado? Não passou de discurso demagógico, Kalil chegou a anunciar que a PBH Ativos não existiria mais, porém, recuou e manteve a empresa mista (sociedade anônima) com a reforma administrativa. Isso significa que será mantida a lógica de captação de recursos, tendo como garantia o patrimônio público como, por exemplo, as UMEIs construídas pela Odebrecht, a mesma empresa envolvida no pagamento de propina e corrupção em praticamente todas as esferas de governo, Congresso Nacional e Justiça. E, de maneira rápida, deve continuar a privatização do patrimônio público com a divisão da PBH Ativos em duas novas empresas.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Os governos de todas as redes públicas da educação aplicam as políticas ditadas pelos capitalistas, deliberadas nos organismos imperialistas, como o Banco Mundial e o FMI, coerentes com a diminuição da responsabilidade do Estado para com os serviços essenciais à população. As bases curriculares de ensino público sempre estiveram de acordo com a política econômica, ditada desde o EUA para todos os países. Os governos federal, estaduais e municipais da burguesia, inclusive os de conciliação de classes, implementam a fundo esses planos. As políticas educacionais implementadas pelos governos tucanos e pelo PT foram ditadas pelos grandes órgãos do capital financeiro internacional, FMI e Banco Mundial. O objetivo foi claro: transformar a educação em mercadoria. Temer (PMDB) aprofunda a crise a precarização da educação pública com a aprovação com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Tetos dos Gastos), em que os recursos para educação pública estão, na prática, congelados por 20 anos, o que inviabiliza a oferta de cursos nas instituições públicas de educação, e as obriga a ficarem reféns de financiamentos privados para funcionar. Complementando a precarização na educação pública tivemos a aprovação da Lei das Terceirizações (Lei nº 13.429/2017) e a Reforma do Ensino Médio.

CONCEPÇÃO SINDICAL E REFORMA ESTATUTÁRIA

Defendemos intransigentemente que o Sind-REDE/BH amplie os espaços democráticos, pois isso abre a possibilidade de maior aproximação dos trabalhadores em educação e de renovação das ações da entidade sindical. A pluralidade de ideias numa diretoria colegiada, mesmo que difícil, deve permanecer para refletir a diversidade de pensamentos e concepções ideológicas na rede para que o sindicato se mantenha combativo, defendendo a ampla unidade de ação em torno das ações contra a retirada de direitos da classe trabalhadora, se posicionando no campo da denúncia às tentativas de negociatas das cúpulas das centrais com qualquer governo, bem como, a tentativa de sequestrar o movimento para objetivos eleitorais. Um sindicato independente e classista é essencial neste momento em que setores ligados ao PT e ao PCdoB começam a compor o governo de Kalil seja na estrutura administrativa seja em espaços de "controle social". É preciso uma atenção redobrada da categoria, pois não se pode descartar que setores dentro do governo comecem a se organizar para exercer influência dentro das entidades sindicais e associativas. O Sind-REDE/BH vem construindo uma campanha de denúncia do governo Kalil diante de compromissos assumidos e não concretizados. Defendemos que o Sind-REDE/BH continue participando

fortemente de um amplo processo de unidade de ação como ocorreu nesse ano com o conjunto das entidades sindicais das centrais e movimentos populares, contra as reformas de Temer (PMDB) defendendo a Greve Geral. Apesar dos efeitos da crise econômica e a recessão os trabalhadores demonstraram uma grande disposição de luta nos movimentos deste ano, especialmente no 8 de março, 15, 28 e 31 de março, a grande greve geral de 28 de abril e o ocupa Brasília de 24 de maio. Defendemos uma base estatutária em que se reafirme a independência e autonomia do Sind-REDE/BH; a luta contra o retorno do imposto sindical; por um sindicato com espaços democráticos deliberativos com ampla participação de sua base de representação, bem como a mesma reforce a luta contra a burocratização dos dirigentes e da entidade sindical. Defendemos que o Sind-REDE/BH continue sua essência de constituição enquanto um sindicato único e que defenda como pauta geral as demandas dos diversos segmentos que representa (concursados e terceirizados), pois é preciso compreender as questões ligadas às condições de vida de trabalho dos/as trabalhadores/as em educação da Rede Municipal. **Assinam:** Andrea (EMPEMM), Carolina (EMPDV), Clayton (EMPA), Cleonice (EMDRA), Daniel Pinheiro (EMLGJ), Débora (EMZA) Diana (EMZA), Evangely (UMEI Alaíde Lisboa), Flavia (EMWPG), Ivone Fernandes (EMPHB), Jacinta (UMEI Pituchinha), Marcia Maria (EMFMG), Marizane (EMAGH), Neide (EMABH), Shirley (EMEPV), Solange (EMDMH), Tatiane (UMEI Santa Rosa), Vanessa Portugal (EMABH), Wanderson Rocha (EMMMF), Wilma (EMPAT).

PARA UMA OFENSIVA SOCIALISTA NAS LUTAS DOS TRABALHADORES

APRESENTAÇÃO

Este texto é uma contribuição individual ao **XII Congresso da Rede-Carolina Maria de Jesus**. Não representa posições de grupos político-partidários, nem de organizações sindicais, visto não pertencer a nenhum deles. Também não representa nenhum coletivo de pessoas da base porque não houve o tempo necessário para apresenta-lo às pessoas da base. Portanto, assumo ser apenas uma contribuição pessoal. Um esforço apressado, incompleto e defeituoso e sem espaço suficiente. Porém, preocupado em dialogar pontos nem sempre apresentados ou aprofundados nos nossos debates.

Agradeço a atenção e a paciência daqueles que decidirem ler tal texto.

Um forte abraço!

Luiz Henrique Roberti,
Professor de História e da EJA, EM Presidente Itamar Franco, setembro de 2017.

I - CONJUNTURA: GLOBAL, NACIONAL, MUNICIPAL.

A crise estrutural do capital: uma nova fase da luta do trabalho contra o capital.

Nenhuma medida de governos particulares ou de órgãos gestores do capital global conseguiu, até o momento, superar a permanência da crise estrutural (que se expande desde os anos 70) de ordenamento e rentabilidade do capital, agravado desde o ano de 2007. De maneira desesperada, estados nacionais se fecham (como ato reflexo das ostras) tendendo a um retorno isolacionista e protecionista em vigor no pré-guerras mundiais. É o que parece ser o caso dos EUA, em relação à China, Rússia e União Europeia, mas, também um acirramento das relações comerciais com as regiões periféricas do capital. Também parece ser o caso por trás da desagregação da União Europeia, não só com a saída da Grã Bretanha, mas, também com sinais fortes de protecionismo e internalização econômica manifestando-se na França e outros países europeus.

Com a retração econômica e a consequente diminuição da arrecadação, tornam se universais as medidas de "enxugamento" da máquina e dos gastos sociais dos Estados. Desde a forma neoliberal do capitalismo a tendência deste direciona-se a recuperar as limitadas vantagens conquistadas pelos trabalhadores na fase de expansão do capital. Portanto, a partir daí, as possibilidades de conquistar algum ganho real, ou mesmo de defender as conquista relativas, se tornam impossíveis ou extremamente difíceis. Questões sociais básicas se tornam centro da política nos EUA e Europa como emprego, moradia, educação e saúde.

Precisamos ir para além do capital, e podemos.

Diante da crise global da forma econômico-social capitalista, sem precedentes na história, abre-se uma oportunidade e uma necessidade, também sem comparativos na era do capital, para uma ofensiva socialista. Ou seja, uma reestruturação do movimento socialista que supere a crise política e econômica do capital em favor da classe trabalhadora e de toda a humanidade. Para isso, temos que superar os limites **defensivos, setoriais e parciais** que marcou o movimento político e sindical dos Trabalhadores até aqui. Portanto, é necessária uma avaliação crítica do passado das lutas e das organizações tanto em nível de Brasil como em nível internacional. A tendência de organizações setorizadas da classe trabalhadora em sindicatos por categorias sofreu determinações da própria divisão social do trabalho, cada vez mais crescente na fase de expansão do capitalismo, impondo forte fragmentação dos Trabalhadores. Também a separação das lutas na esfera política e na esfera econômica deveu-se à pressão das formas de tomada de decisão política imposta pela ordem social do sistema pressionando pela criação separação das organizações políticas e organizações sindicais. Ambas sofreram um processo de **centralização burocrática** na forma de partidos e na forma de centrais sindicais, , inclusive internacionais. E, dentro do sistema, se configuraram

na *personificação do trabalho*, perante a interlocução com as *personificações do capital*, organizações produtivas e o Estado.
Essa condição fragmentada; setorizada, parcial e defensiva produziu, de um lado, todas as formas de sindicalismo de resultados parciais (dentro da ordem do capital) e de outro, na esfera política, todos os partidos limitados às políticas reformistas ou, assumidamente integrados ao sistema político institucional. Algumas vantagens comparativas foram alcançadas pela classe trabalhadora com essas ações defensivas no período de expansão do capital. Em troca dessas vantagens econômicas, e de uma participação formal na esfera político eleitoral e parlamentar das organizações representativas das trabalhadoras, o capital garantiu sua hegemonia política, ideológica e seu controle totalitário no âmbito extra político das unidades produtivas (as empresas e as corporações capitalistas). Entretanto, isto serviu, também, para permitir o avanço do sistema noutros lugares e noutros nichos.
A situação histórica do capital hoje é, profundamente, diferente. Depois de certa de duas décadas de retomada e expansão, após a segunda guerra, o capital entra numa fase de crise estrutural que oscila até 2007. Daí entra num período de aprofundamento da crise econômica com reflexos nas esferas institucionais, políticas e nas estratégias militares.
Por um lado, não há como arrancar do capital, em crise estrutural, ganhos que possam ser significativos para os trabalhadores sob condições a cada dia mais precária. Principalmente contando com organizações estruturadas numa lógica de interlocução com o capital. Por outro lado, por não ter como mais se defender dos novos ataques do capital (tentando recuperar as "concessões" do passado) torna-se possível, e extremamente necessário, partir para uma **ação ofensiva dos trabalhadores** (Se não há mais **o que** e **como** defender, a hora é de ataque). Uma ofensiva que não só denuncie as mazelas do capital, mas que aponte para uma nova forma de sociedade humana, baseada não apenas numa **igualdade formal**, abstrata (burguesa), mas, numa **igualdade substantiva**, que estabeleça **um nivelamento material e de poder de decisão dos seres humanos**, produtores livres e solidários da base material social e da criação de todo potencial da existência humana.
Precisamos, no Brasil, desvencilhar as classes trabalhadoras das organizações político/sindicais que se atrelam ao governo, aos capitalistas e mesmo daquelas que se dizem do campo das trabalhadoras, mas, não passam de agentes mistificadores pregando uma política nos marcos do sistema do capital. Tais setores estão incorrigivelmente limitados à (falsa) democracia burguesa, formal, que, no campo sócio econômico não passará de um tardio *keynesianismo de pseudo esquerda*, fora do contexto histórico da expansão do capital, e fora dos centros desenvolvidos do capitalismo. A permanecer tal projeto político como força hegemônica no campo dos trabalhadores, como foi, até aqui, os projetos do PT seguidos por PCdoB, PSOL e outros pequenos satélites (como o PCR, MAIS, Brigadas), bem como, continuando a predominância de centrais sindicais atreladas e dependentes da ordem social e política capitalista, como CUT, CTB, Força Sindical e outras, estaremos condenadas ao desapontamento político e a derrotas sócio-econômicas.
Também o hegemonismo e o aparelhismo partidários nos sindicatos e centrais, mesmo de organizações socialistas que pregam a transformação revolucionária da sociedade, como PSTU, não farão avançar e fortalecer o campo das trabalhadoras. Ao contrário, essas práticas forçam a permanência do movimento na limitada *forma da defensiva*, impossibilitando o desenvolvimento da *forma ofensiva* das ações da classe. Esse círculo condiciona *ad eterno* o conflito capital x trabalho, e dele, sobrevivem tais organizações.
Que fique claro aqui, que as críticas aos partidos e organizações citadas são políticas e reflexivas (me incluo em algumas delas) e não devem se revestir de conotações pessoais.
Assim, precisamos urgentemente de uma reestruturação das organizações dos trabalhadores que reunifique as lutas imediatas, locais, específicas e econômicas com a luta política contra o sistema. Mas, que também aponte para um ***projeto de transição*** para uma formação socioeconômica socialista, no sentido de uma libertação humana da escravidão ao capital.

A crise global no Brasil e as lutas dos trabalhadores brasileiros.
Desde 2013 as trabalhadores e seguimentos médios demonstram seu inconformismo com a situação do país. O caráter amorfo dessas manifestações refletia a condição atual das massas proletárias e das camadas médias mais conservadoras de semi organização. Em parte, tal fenômeno de 2013 é reflexo espontâneo dos efeitos da crise mundial, depressão econômica, déficit público, declínio das condições de vida e desemprego. Crise que os governos petistas diziam não ter aportado no Brasil. Em 2009/10 a crise para o governo Lula era uma "marolinha". Em 2014 Dilma escondia os efeitos da crise nas contas do governo federal na campanha eleitoral. Entretanto, a crise crescente, estava sendo mitigada e escamoteada com políticas de subsídio a setores da indústria automotiva, "linha branca", construção civil.
Por outro lado, a insatisfação popular conduziu a crise até às institucionais e políticas que irão refletir, de volta, na esfera econômica e produtiva do país. Esse quadro expõe com mais clareza a crise real, ou seja, a crise global do capital. Entretanto, a apreensão da realidade não se dá de maneira absoluta e direta, precisamos da mediação de análises em bases científicas. Caso contrário, ficamos com uma visão distorcida, percebendo apenas a superfície rala do real; os conflitos na esfera das instituições políticas e jurídicas do estado capitalista brasileiro. Frente à insolvência dos estados nacionais, além do enxugamento das despesas, a questão da corrupção aparece na pauta do sistema. O combate ao processo de corrupção no funcionamento do Estado capitalista parece corresponder a um novo condicionamento do processo de concorrência intercapitalista.
No Brasil uma série de "reformas" e políticas estava, e está, em andamento com o objetivo de atender uma nova realidade da economia: pacs, privatizações, terceirização, reforma e renúncia fiscal, reforma trabalhista, reforma previdenciária. Mas, ao que parece, está no âmbito da seguridade social a maior reserva de recursos no orçamento do Estado Federal que atrai o interesse imediato do grande capital. Nesse contexto é que os representantes políticos do capital na atual gestão do Estado apresentam seu plano de ataque e captação desses recursos via uma "reforma" da previdência. São cerca de 26% anualmente destinados à seguridade social, o segundo maior valor do orçamento Federal. Tal montante, dentro das contas do governo, só perdem para o valor/percentual gasto com o pagamento de dívidas e juros às instituições financeiras, cerca de 47% do orçamento.

Trata-se, portanto, de um desvio monumental de recursos dos trabalhadores para o sistema financeiro que ira garantir o pagamento de seus créditos com o governo e poderá ampliar seus lucros com a privatização aberta da seguridade social.
O governo Dilma, imerso no agravamento da crise, sem sucesso com as políticas econômicas capitalistas e, pressionada entre o capital financeiro, de um lado, e os setores médios e populares, de outro, termina com impeachment em 2016 e com um baixíssimo índice de aprovação popular.
Enfrentando riscos de uma instabilidade político-institucional a oligarquia financeira acaba por se convencer em trocar Dilma por Temer como setores da burguesia industrial e rural já propunham.
A tarefa do preposto do capital Temer será, então, a de garantir as urgentes reformas pró-capital. Entretanto, a tarefa não se mostra tão simples. A crise político-institucional-judiciária agrava-se ainda mais. A parte excluída berra. Grita "golpe", "Fora Temer". Porém os trabalhadores pressionam contra as "reformas" e constrangem parlamentares e atrasam o governo.
O fracasso de Temer preocupa uns e desaponta outros seguimentos das classes dominantes. Percebe-se um ensaio de retirada de Temer, por cima. A Rede Globo embarca nessa. Mas, o lado dos preocupados com a instabilidade prevalece, reforçando o grupo parlamentar que se apossa do governo. A crise institucional é contornada provisoriamente com o consenso da permanência do Temer. Parece que com ele, pelo menos até final de 2018 os setores dominantes em embate (governo, judiciário, parlamentares governistas, oposicionistas, classes capitalistas) estabelecem um ponto de conveniência momentânea. A política do governo aponta medidas desesperadas como o aumento exorbitante de combustível, ameaça de aumento de impostos, privatizações, cortes de gastos sociais, aumento do déficit no orçamento (160 bilhões), falta de socorro aos estados e municípios quebrados. Isso dentro de um cenário de aumento seletivo do custo de vida, desemprego estrutural e conjuntural, aumento da violência e agravamento da miséria.
Com tudo isso, o maior prejudicado são as trabalhadoras. A pauta de "reformas" caminha nas casas parlamentares. E parece caminhar independente do executivo. As parlamentares se autonomizaram e farão a tarefa com ou sem Temer. Pelo menos se a classe trabalhadora e os setores médios radicalizados não voltarem à cena.

II – AVALIAÇÃO DAS LUTAS:
Erros e acertos na luta contra as "reformas"

O eixo de luta contra as "reformas" foi um acertado por que busca estancar o desvio de recursos da classe trabalhadora para o governo e para as corporações do capital. Além disso, foi um raro momento de se estabelecer uma integração de objetivos e ação com toda a classe trabalhadora.
Infelizmente, as organizações do movimento não souberam construir junto com essas massas a sua participação ativa nos debates, nas manifestações e outras ações. Assim, mesmo colocando nas ruas uma massa de centenas de no dia 08/03, no dia da primeira greve geral e na ocupação em Brasília, não houve, de fato, a participação da massa proletária nelas. As bandeiras dessas manifestações, também foram confusas. Desviaram para palavras de ordem do campo politico institucional e eleitoral: "Fora Temer", "volta Dilma"," Diretas já", "Lula 2018", "Fora todos"," Novas regras eleitorais".
Bem, essas palavras de ordem não só desvirtuaram o movimento de resistência de classe, provocando inclusive certa fragmentação entre grupos e organizações políticos e sindicais, mas, sobretudo, elas construíram a frustração e o sentimento de derrota para milhares de ativistas, militantes e manifestantes de base, como já dito na introdução desse texto.

Greve, reposição, campanha salarial e Kalil.
A luta contra os ataques à previdência social e aos direitos trabalhistas, por ser uma luta geral das classes trabalhadoras brasileiras, exigiu urgência, mas também, uma racionalidade política capaz de conectar e sincronizar as nossas ações junto a outras categorias e outras regiões do país. Nossa greve por tempo indeterminado em março acabou se mostrando precipitação e desgaste desnecessário. Claro que esse fator negativo foi reduzido pela vigorosa atuação (com traços inéditos) dos setores ativistas da categoria. Mas esse desgaste teria impacto nas próximas fazes da luta contra as "reformas" e, principalmente no nosso enfrentamento do governo Kalil. A não ser que fizéssemos uma mudança de rota incorporando a greve e as paralisações a um **capital de luta** acumule forças para as novas fazes. Como? Não precipitando a reposição.
Um equívoco muito maior foi, portanto, fazer uma reposição no meio da campanha salarial. O governo municipal sabia disso, contava com isso. Não apresentou índice e nem outras respostas às reivindicações de equiparação de carreira, tempo de planejamento antes de junho. Mas apressou-se em orientar as condições para a reposição. Além disso, a prefeitura de Kalil voltou atrás em relação ao controle do ponto eletrônico, manteve a política de precarização e terceirização do trabalho dos servidores públicos, inaugurou a contratação de pessoas, sem concurso, sem carreira e sem qualificação para trabalharem como professores de reforço nas escolas. Uma política que ameaça as já difíceis condições de trabalho, os planos de carreira, os concursos públicos e a qualidade da assistência ao povo.
O conhecido cenário terrível das "reformas" federais vai se agravar com Kalil. Só a continuidade e o fortalecimento da nossa luta poderia mudar esse cenário. Mas, em pleno **estado de greve** (falácia?), no meio de uma campanha salarial, de ataques da prefeitura a nossa carreira, fizemos coro com a SMED apressando uma reposição sem sequer apreciar e definir os termos com a categoria.
Depois dessa reposição ficamos mais frágeis e sem disposição de fazermos qualquer coisa.
Precisamos negociar a reposição antes de voltarmos para as escolas. Perceber que a reposição não é uma obrigação, não representa mecanicamente o retorno do contrato de trabalho antes da greve. Categorias dentro da própria prefeitura repõe dias paralisados na proporção de um dia valendo por dois. Carga horária de alunos pode ser desvinculada da carga horária dos professores e funcionários. Um rodízio pode ser feito sem prejudicar a carga horária dos alunos. Um calendário pode ser flexível ao longo do ano sem cansar profissionais e estudantes. Por fim, a reposição não tem que ser uma autopunição ou castigo da prefeitura aos trabalhadores que lutam pela educação e por seus direitos.

Nosso movimento reflui, mas, os desafios continuam. O que fazer com eles?
O que nos resta é revitalizarmos nossa luta, unidade, consciência e organização.

III – ORGANIZAÇÃO SINDICAL
Para a luta, organização.
Precisamos construir nossa unidade dialogando com nossas diferenças. Para isso parece que é mais importante buscar os pontos que nos unificam, os consensos do que simplesmente disputar e vencer aqueles com quem temos divergências.
Pensando nisso, acredito que a estrutura de instancias de interlocução e de decisão do sindicato está inadequada. As chapas que disputam as vagas de direção se articulam em torno dessas forças partidárias, negando qualquer possibilidade factível de participação autônoma e efetiva de pessoas não vinculadas ou simpatizantes dessas forças. O mesmo ocorre com a eleição do Conselho Fiscal.

Mudanças na estrutura das instâncias de decisão do sindicato
Sem espaço aqui para desenvolver esse ponto listo sumariamente alguns itens que penso precisarem de mudanças:
- Transformar as plenárias de representantes (fragmentadas e sem poder deliberativo) num Conselho de Delegados de Base, com poder deliberativo acima da diretoria e abaixo das assembleias e congressos. Os delegados serão eleitos nas escolas. Cada regional, entretanto poderia eleger um número, pequeno, de delegados de base independente da representação das escolas e Umeis. (sistema parecido encontra-se no Sind-UTE)
- Esse conselho deve se reunir sempre com todos os componentes para fins deliberativos. Poderão ser realizadas reuniões de membros do Conselho de Delegados por regionais, com caráter consultivo.
- O conselho de Delegados de Base deverá eleger os membros do Conselho fiscal entre os seus componentes.
- Pelo menos um membro do Conselho Fiscal deverá ser liberado para as funções.
- A diretoria deverá ser eleita por votação individual a cada candidato mesmo estando esses compondo uma chapa. Comporão a diretoria os candidatos mais votados, independente da sua chapa. Serão liberados os diretores eleitos mais votados independente das chapas em que se vincularam. O sistema de composição por percentual de votação de chapa fica destituído.
- As funções dos diretores em cada departamento do sindicato devem ser decididas por votação dentro do Conselho. Os diretores se candidatam a cada cargo.

Organização no local de trabalho escolar (OLTs)
Portanto, precisamos estabelecer e fortalecer nossa organização nas escolas. Garantir controle e autonomia coletiva do trabalho pedagógico e da gestão administrativa. Também a construção de uma unidade com as comunidades dos Trabalhadores no entorno da escola com base em pautas comuns e de luta conjunta. As OLTs atendem a questão do enfrentamento do capital na esfera da produção, trabalho, questionando o controle do Capital sobre o trabalho e também estabelecendo as bases para uma autogestão dos Trabalhadores do seu próprio trabalho. No caso das escolas constituem-se tarefas dessa organização local, construir a autonomia pedagógica e administrativa capacitando todos para uma gestão através de todos. Também é necessária uma nova divisão social do trabalho nas escolas, estabelecendo relações solidárias e colaborativas com os trabalhadores indistintamente das funções necessárias ao funcionamento da escola. Outra atribuição da organização local escolar é garantir a proteção dos direitos coletivos e individuais do trabalho, construir formas de desconstrução de discriminações sociais, étnico-raciais, de gênero, de identidade religiosa, de identidade sexual e de liberdade de expressão política e cultural. Essa autogestão deve obrigatoriamente ser estabelecida com a participação efetiva e permanente de alunos, das famílias e comunidade.
Bom Congresso a todas!
Que possamos sair dele mais fortalecidos!

"... e o que me resta é não estar vencido.", (*Sangue Latino*, João Ricardo).

UMA REDE EM LUTA! UNIDOS PARA TRILHAR OS CAMINHOS DA RESISTÊNCIA E DA VALORIZAÇÂO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÂO DE BELO HORIZONTE.

Vivemos tempos difíceis e de grandes desafios para xs trabalhadorxs. Tempos de graves crises no sistema capitalista global, de ofensiva imperialista sobre os povos do mundo, de retirada de direitos duramente conquistados, de ampla mercantilização e precarização daquelxs que vivem do seu trabalho.
Na educação, os instrumentos de controle e reprodução das relações capitalistas se ampliam e propõe um completo domínio dos corpos, mentes e corações dos trabalhadorxs e estudantes.
No entanto, há os que lutam, hoje e sempre, para mudar este atual estado de coisas. Somos protagonistas do nosso tempo! Somos aquelxs que acreditam que é nosso dever resistir e propor um novo mundo, no qual nosso trabalho, principal fonte da riqueza, seja valorizado e não mais explorado.
Nós, do Coletivo UNIDOS PELA REDE, somos aquelxs que mesmo diante da difícil conjuntura que vivemos não abdicamos de ter um lado claro: somos aquelxs que desde o primeiro momento gritamos **NÂO AO GOLPE!** Nosso lema é resistir, ter sonhos, acreditar neles e trabalhar todos os dias para que sejam concretizados. Pois é a luta que transforma a nossa existência e garante conquistas. É a resistência que impede o retrocesso.

I – CONJUNTURA

CRISE SISTÊMICA E ALTERNATIVAS DA RESISTÊNCIA!

A crise do capitalismo, iniciada há quase dez anos, revela-se de forma mais evidente na retirada dos direitos dxs trabalhadorxs, na redução de investimentos em programas sociais e no aumento do desemprego.
A acumulação de riquezas, sobretudo pela burguesia financeira internacional, intensifica-se em todas as regiões do planeta, aprofundando a miséria e provocando o colapso ambiental. O nível de concentração chega ao absurdo de apenas 1% da população mundial deter mais da metade da riqueza global.
O crescimento dos grupos neofascistas, inclusive no campo eleitoral, em alguns países europeus e aqui no Brasil demonstra que o capitalismo é capaz de resgatar nefastas alternativas para garantir os seus interesses - custe o que custar.
A ofensiva imperialista segue em curso, causando guerras e utilizando diferentes formas de intervenção e desestabilização nos países que buscam as mais diversas alternativas de construir um projeto de soberania.
Por outro lado, os caminhos da resistência a esses ataques axs trabalhadorxs são construídos mundo afora. Desde a nossa América Latina a Europa, passando pelo centro do capitalismo global, os Estados Unidos, novas perspectivas de pensar as formas de construções coletivas estão em curso, na busca de apresentar saídas aos povos do mundo.

DERROTAR O GOLPE COM A FORÇA DAS RUAS!

Após menos de três décadas de conquistas democráticas, conquistada com o suor das lutas dxs trabalhadorxs, a frágil e incipiente democracia brasileira se vê diante de um novo golpe de Estado.
O processo de grande ascenso das mobilizações de massas, iniciadas em junho 2013, elevou a luta de classes no país para um novo patamar . A resultante destes movimentos assumiu dois caminhos opostos: por um lado uma série de novos movimentos reivindicativos ganhou impulso, sem ter, no entanto, recebido sinais claros do Governo Federal de mudança de seus rumos, por outro, engendrou-se uma base social de massas conservadora, em determinados momentos proto-fascista, que exerceu papel fundamental no Golpe de 2016.
Sobretudo após o resultado eleitoral de 2014, com a reeleição de Dilma Roussef, uma campanha levada a cabo por um consórcio de interesses conservadores, formado pelos altos escalões do poder judiciário, pela maioria do parlamento e pelo oligopólio midiático, iniciou um processo constante de desestabilização do governo que desaguou no processo de impeachmeant da presidenta democraticamente eleita e a emergência do governo ilegítimo de Michel Temer.
O que se viu daí em diante é um processo de completa reestruturação da arquitetura do Estado Brasileiro, na qual não cabem nem xs trabalhadorxs, nem o povo. O Governo de Michel Temer, além de eminentemente corrupto, promoveu em curto de espaço contrarreformas que representam um completo retrocesso para a nossa sociedade.
Foram aprovados a PEC 95, que congela o orçamento num período de 20 anos, a lei da terceirização e a contrarreforma trabalhista - maior golpe aos(as) trabalhadorxs em décadas. A estes projetos se soma a dilapidação do patrimônio público brasileiro, com a entrega de setores estratégicos, como o do Petróleo e energia. Continua na agenda do governo golpista o projeto de desmonte da Previdência e de uma reforma política restritiva e anti-democrática.
Em tal cenário, não nos cabe alternativa senão a constante luta nas ruas para barrar as iniciativas do Governo Temer e seus aliados. Neste sentido é necessária uma ampla unidade entre os diversos setores do movimento sindical e social para se fazer o enfrentamento a brutal ofensiva dos setores conservadores
A nossa unidade agora deve se ampliar, sem sectarismos que nos levem ao isolamento, em torno das bandeiras "**Contra a Reforma da Previdência, pela revogação da Reforma Trabalhista e da lei da terceirização!"** conjuntamente a luta do "**Fora Temer**!" e pela defesa de eleições democráticas "**Por eleições diretas já!"**
O primeiro semestre do ano de 2017 nos deu bons exemplos do quanto esta unidade é necessária e urgente. Mobilizamos e participamos ativamente da Greve Nacional da Educação, da histórica Greve Geral de 28 de Abril e da ocupação de Brasília no mês de maio. Todas estas iniciativas contaram com papel de destaque dxs trabalhadorxs da nossa REDE.
POLITICA DE KALIL, CONTINUIDADE DE UM PROJETO PRIVATISTA
Em nível local, após oito anos nefastos do prefeito Márcio Lacerda, cuja política de privatização da cidade envolveu retirada de direitos dos servidores municipais, inicia-se o governo de Alexandre Kalil. Utilizando um discurso da anti-política, o seu governo vem assumindo gradativamente um caráter de continuidade das políticas privatistas da gestão anterior.
Na educação, vivemos um período de transição de modelos, no qual com o discurso aumento do número de vagas realizam-se processos anti-democráticos de reorganização da REDE, cujas conseqüências são a perda de direitos dos estudantes e famílias, e a desconstrução de coletivos de escolas.Prosseguem as políticas de desvalorização dos trabalhadores em educação, bem como o descumprimento de artigos da Lei do PISO, tais como o 1/3 de planejamento e do reajuste anual.

Avaliamos ser necessário organizar cada local de trabalho na luta contra essas mazelas e enfrentar todas as medidas que venham prejudicar a maioria da população, bem como aquelas que retiram direitos dxs trabalhadorxs e aposentadxs. A nossa política deve buscar a unidade na luta com o conjunto dos servidores e os diversos movimentos sociais da cidade, visando a construção de um novo projeto de cidade, com valorização do serviço público e livre da sanha privatista.
Precisamos ocupar novamente as ruas, arrancando dos governantes nossas reivindicações específicas (salários dignos, planos de carreira unificados, melhores condições de trabalho etc..) e também assumindo um papel protagonista nas lutas políticas mais gerais. É tarefa do Congresso da Rede apontar uma referência de calendário - que aproveite essa conjuntura - para arrancar conquistas para a educação pública de qualidade na capital mineira.

II – POLÍTICA EDUCACIONAL

A categoria dos profissionais da educação tem um longo histórico de protagonismo das grandes lutas pela conquista da democracia e de seus avanços. Durante os últimos governos municipais, convivemos com a ausência de um projeto educacional para a cidade. O que temos são programas desarticulados que têm precarizado as relações de trabalho e as condições de atendimento da população.
Este processo de desarticulação vem ocorrendo de forma silenciosa e tem formatado nas escolas uma nova concepção pedagógica, baseada na meritocracia, fortemente presente nas políticas de avaliações sistêmicas. Este processo silencioso combinado com o fim das reuniões pedagógicas cria um espaço de adesão acrítica a um projeto de privatização crescente da educação pública.
Diante disso é fundamental reconstruirmos um campo de elaboração e disputa ideológica de um projeto educacional democrático e comprometido com a população de BH. Precisamos de uma práxis educativa que recupere e respeite a autonomia de cada professorx em sua sala de aula e unidade escolar, que respeite a diversidade cultural de cada bairro, que respeite as diferenças e que tenha políticas concretas para acabar com a homofobia, o machismo e o racismo que ainda perduram nas escolas.
Com o propósito de não apenas fazer crítica aos projetos políticos pedagógicos que nos são impostos, defendemos que precisamos ter uma proposta alternativa mais concretas. Sabemos que neste congresso não será possível fazê-la. Por isso, propomos a organização de espaços privilegiados para o debate sobre esses Projetos Pedagógicos para consolidar os embasamentos teóricos e a formulação de alternativas.
A REDE deve retomar a confecção de suas publicações pedagógicas; realizar seminários e debates que precedam em todas as escolas.
A integração de todxs xs trabalhadorxs da educação, concursados e terceirizados, é uma grande conquista da REDE. A compreensão de que "Somos Todxs Educadorxs" potencializa as nossas lutas contra os governos pela Educação Pública, Gratuita e de Qualidade e sinaliza que a conquista de um "Mundo sem exploradxs e oprimidxs" só será possível com a unidade de todxs xs trabalhadorxs.
Nesse sentido, nosso sindicato precisa desenvolver projetos articulados e que sejam capazes de incorporar xs profissionais da Educação às nossas campanhas coorporativas e às lutas políticas gerais.
No mundo que precisamos e queremos, a Educação é o espaço do exercício da descoberta, da discussão e da criatividade entre educadorxs e educandxs. Nesse espaço, não há meritocracia, mas emancipação!
Por isso propomos:
- Promover SEMINÁRIOS, CURSOS, GRUPOS DE ESTUDOS para avançar na política educacional que pleiteamos para a Rede Municipal, incluindo os desafios da escola de tempo integral, escola para a infância, adolescência e juventude, em sua diversidade sóciocultural.
- Atualizar e aprofundar nossa discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos, Ensino Noturno, Ensino Médio e Formação Profissional.
- Promover CICLOS DE DEBATES entre o SindREDE/BH e as universidades para discutir formação de trabalhadorxs em educação e projetos educacionais.
- Construir relações permanentes com estudantes e a comunidade.

PLANO DE LUTAS

- Manter a luta pelos 10% do PIB para a Educação Pública e pela revogação da PEC 95;
- Participar das mobilizações nacionais chamadas pelo Fórum das Centrais Sindicais;
- Participar dos debates e eventos promovidos pelas Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, bem como das iniciativas como da Plataforma Vamos! e do Plano Popular de Emergência.
- Combater todas as iniciativas vinculadas ao Projeto Escola sem Partido, sobretudo através da Frente em Defesa da Educação Democrática;
- Participar de eventos e mobilizações contra todas as formas de opressões raciais, de gênero e orientação sexual;
- Defender o fim da política da meritocracia mercadológica e contra a privatização da Educação Pública;
-

- Pela autonomia pedagógica e ampliação de verbas para as escolas públicas;
- Pelo cumprimento pleno da lei nº 11738/2008 (1/3 de planejamento);
- Defesa de Concurso Público para todas as funções exercidas nas escolas, aliadas a política de manutenção do emprego dos atuais trabalhadores;
-Fim das terceirizações e dos convênios com fundações e ONG'S;
- Defesa da Paridade, com integralidade, para xs aposentadxs;
- Definir o limite de 20 alunos por turma e revisão da razão adulto-criança para a Educação Infantil;
- Campanha para o aumento REAL dos salários;
- Cumprimento dos 30% de recursos municipais para a educação;
- Garantia de formação no horário de trabalho para todxs xs profissionais de educação;
- Garantia de sala de recursos, com mobiliário adequado para alunxs portadorxs de necessidades especiais;
- Garantia da licença remunerada para estudos sem perdas de direitos;
- Planos de Carreira Unificados, garantida a paridade por formação;
- Unificação da Carreira Docente;
- Pelo fortalecimento e autonomia dos grêmios estudantis;
- Retomar a campanha "Assédio Moral é Crime".

III – CONCEPÇÃO SINDICAL, ORGANIZAÇÃO E ESTATUTO DO SINDICATO

UM SIND-REDE DEMOCRÁTICO E PLURAL

A construção do Sind-REDE/BH é fruto das lutas coletivas dos trabalhadores em educação da nossa REDE desde a década de 90, quando implantamos a Direção Colegiada da Rede dentro do Sind-UTE/MG e posteriormente , em 2006, quando da criação deste Sindicato.

O objetivo desta construção sempre esteve vinculado à busca de autonomia administrativa e das lutas de nossa categoria. Contudo, não se pode deixar que uma suposta autonomia signifique formas de isolamento das construções de lutas políticas gerais.

Entendemos que para aperfeiçoar o funcionamento democrático do sindicato precisamos valorizar e estimular constantemente a renovação dos quadros dirigentes, algo necessário e que vem ocorrendo de forma relativamente natural na atual gestão. Já temos em nosso estatuto o limite de dois mandatos sindicais consecutivos, mas consideramos que a utilização das licenças sindicais deve ter a mesma limitação.

Hoje, representamos todxs xs trabalhadorxs das escolas, concursados e terceirizadxs, o que abrange um universo de mais de 24 mil pessoas. O nosso número de filiados cresceu significativamente durante as nossas ultimas campanhas de filiação. Contudo, acreditamos que para sermos uma entidade realmente representativa do conjunto da categoria, precisamos realizar novas campanhas de filiação, objetivando atingir a maioria dxs trabalhadorxs da educação, sobretudo xs trabalhadores da educação infantil e terceirizados.

Os nossos instrumentos de comunicação precisam ser melhorados para garantir um melhor dialogo com categoria. Materiais de caráter permanente e periódico devem ser ampliados. Para isso, propomos a constituição de conselhos editoriais com a participação de militantes de base para o Jornal da REDE, a Revista em REDE e os cadernos Formação em REDE.

POR UM SIND-REDE/BH UNIFICADO EM TODAS AS LUTAS DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÂO

Acreditamos que nossa luta pode ser maior e melhor se tivermos mais vinculados aos debates e lutas nos diversos níveis, tanto municipais como estaduais e nacionais. Neste sentido, defendemos que o SIND-REDE/BH, mantendo sua autonomia, construa fóruns permanentes de diálogo com os demais sindicatos vinculados ao serviço público e, sobretudo à educação, com ênfase na construção coletiva, independente de divergências políticas, com o Sind-UTE/MG e suas sub-sedes no entorno de Belo Horizonte.

Por fim, acreditamos que a articulação em nível nacional é elemento central para o próximo estágio de lutas que viveremos. Desta feita, propomos a filiação do SIND-REDE/BH a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) como forma de aprofundarmos nossa capacidade de construção, articulação e debate em nível nacional. Seguindo os caminhos da bem sucedida Greve Nacional da Educação realizada deste ano, acreditamos que assim poderemos construir de forma mais orgânica as lutas nos níveis que necessitaremos nesta nova e difícil quadra histórica.

Coletivo Unidos Pela Rede

Textos e contribuições

O "complemento a renda" deveria ser um incentivo à luta!

Fábio Liberato de Faria Tavares[1]

Recentemente ganhou repercussão a imagem do apresentador e empresário Luciano Huck com os seguintes dizeres: "complemente sua renda, seja professor". Após a repercussão negativa, a instituição Anhanguera, parte do grupo Kroton se desculpou. Importante destacar que este grupo educacional, com origens no curso Pitágoras do político envolvido no escândalo do Mensalão Mineiro Walfrido dos Mares Guia é hoje o maior do mundo no setor. Esse crescimento vertiginoso desde o início dos anos 2000 se deveu as políticas de transferências de recursos públicos para a iniciativa privada na área da educação superior realizada pelos governos Lula e Dilma via Programa Universidade Para (PROUNI) e pelo Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). Este pequeno anúncio diz muita coisa à respeito de como é vista a educação brasileira.

As primeiras escolas e cursos superiores surgem com a vinda dos jesuítas para o Brasil no século XVI. Entretanto o modelo educacional por eles oferecido era limitado a poucos, já que era pago (WEHLING, 2012). Com as reformas pombalinas no século XVIII e consequente expulsão dos jesuítas do Brasil, foram criadas as Aulas Régias. Neste mecanismo, os professores iam até a residência dos alunos ensinarem as disciplinas. Além de oferecer uma baixa remuneração, os profissionais do ensino recebiam em atraso, que não raro eram de anos (FONSECA, 2011).

Já no século XIX surge um esboço de sistema de ensino com as reformas promovidas em 1827. No modelo, houve uma cópia da tendência iniciada na Europa e nos Estados Unidos: transformar a atividade docente numa profissão feminina. Esta mudança visava baratear os custos com o ensino. Foram criados argumentos justificadores para tal situação como o de o magistério ser um "sacerdócio" ou uma "extensão da tarefa de mãe", sendo por esses motivos atividades nas quais a remuneração seria apenas um "detalhe", ou uma "complementação da renda do marido" (CHAMON, 2005). O resultado dessa política de desvalorização docente foi catastrófico, com sucessivas desvalorizações. De acordo com o professor Mauro Passos (2010), diversos foram os planos de carreira aprovados em nível salarial desde o final do século XIX pelo governo estadual, que até 1982 serviu de parâmetro para os servidores da PBH já que somente neste ano foi criada a Rede Municipal.

[1]Professor de História das redes municipais de Belo Horizonte e Sabará. Mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG.

Disponível em: http://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2017/08/18/anhanguera-retira-campanha-com-luciano-huck-e-pede-desculpas-erramos/ Acesso em 10 set. 2017.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Walfrido_dos_Mares_Guia Acesso em 10 set. 2017.

Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/prouni-criou-milionarios-em-troca-de-ma-qualidade-na-educacao-7396.html Acesso em 10 set. 2017.

Chama a atenção o plano de carreira aprovado em 1910 pelo governador Francisco Sales. Por ele, o salário de um professor de educação básica em início de carreira seria de R$ 64.744,86 aplicada a correção até o ano de 2010 (Passos, p. 107). Já na década de 1950 (mais especificamente em 1951), o vencimento havia caído para R$ 461,35 em valores de 2010 (Idem, 112). Os ganhos do professorado só voltaram a ter ganhos consistentes após o uso de instrumento conhecido da categoria, mas por diversos motivos esquecido por muito: a greve. Em 1959 ocorreu histórica greve na rede estadual que elevou os ganhos do professorado de R$ 973,34 para R$ 1.258,35 (Idem).

Outros episódios de luta ocorreram em 1967 e 1968 contra os atrasos de salários o arrocho salarial. Infelizmente estas foram derrotadas com o uso de violência pelo secretário de educação José Maria Alkimin e o governador Israel Pinheiro (TAVARES, 2015). Com o aumento da repressão, as lutas foram sufocadas, mas voltaram com força em 1979, mesmo com novas e covardes agressões, desta vez do secretário Paulino Cícero e do governador Francelino Pereira, o mesmo que chegou a declarar que a ARENA, partido de sustentação da ditadura era o maior partido do ocidente.

A democracia veio, mas as lutas continuaram e ocorreram derrotas e conquistas, como o piso salarial do magistério (Lei 11738/2008). Entretanto, e talvez mais do que nunca, a desvalorização docente ganha força. Seja devido a um governo ilegítimo que impôs uma reforma do ensino médio onde pessoas com "notório saber", ou seja, sem a mínima formação, apenas com experiência prática podem ministrar aulas. É importante salientar que após a quebra da normalidade democrática com o golpe iniciado em abril de 2016 e concluído em agosto do mesmo ano, a área da educação vem sofrendo profundos cortes, seja com a aprovação da PEC 55 e ataques como o Escola sem Partido que ameaça não só a autonomia de professores e alunos, como também é uma ameaça a integridade do professorado (PENNA, 2016). Entretanto, a mercantilização da educação é um fenômeno iniciado nos governos militares, intensificado nos anos FHC e que infelizmente os governos do PT (MORAES, 2015).

O anúncio em questão mostra como a educação é tratada: como uma mercadoria onde se investe pouco para se ter altos ganhos e que forme mão-de-obra acrítica para o mercado de trabalho. Mais do que nunca é necessária a mobilização da categoria contra os retrocessos que ocorre nos níveis municipal estadual e federal!

5 Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/02/interna_gerais,643229/repressao-na-praca-da-liberdade.shtml Acesso em 10 set. 2017.
6 Disponível em: http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/213/213 Acesso em 10 set. 2017.
7 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_08 Acesso em 10 set. 2017.

TEXTO SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL do MAIS

A crise na educação pública não é consequência do déficit nas contas públicas, tampouco de má gestão. A crise na educação pública é um projeto, um projeto neoliberal hegemônico de desmonte do Estado, impulsionado ainda no governo FHC através da contrarreforma do Estado e continuado pela política de conciliação de classes de Lula e Dilma. O sucateamento decorrente deste projeto de desmonte não é fruto de descaso ou ingerência, mas um passo essencial para a diminuição da máquina estatal e consequente inserção e consolidação de parcerias público-privadas mais estáveis no âmbito da educação pública assim como já ocorre na área da saúde, tendo como finalidade atender aos interesses econômicos de diversas frações da burguesia. No âmbito federal, por exemplo, temos visto substanciais cortes no orçamento da educação pública, ano após ano, o que contrasta com os aportes milionários concedidos ao longo dos governos petistas a grandes empresas de educação privada de ensino superior. No âmbito dos estados, recentemente, o projeto de licitação para a admissão de Organizações Sociais (OSs) na administração das escolas estaduais de Goiás foi suspenso pela luta de professores e alunado organizado. Em São Paulo, as ocupações estudantis conseguiram fazer o governo Alckmin recuar, barrando o fechamento de dezenas de escolas. No Rio de Janeiro o projeto de desmonte caminha a passos largos, através do sucateamento das escolas e dos salários atrasados dos trabalhadores. Em Minas Gerais através do parcelamento de salários e atrasos.

Tal perspectiva reproduz uma concepção de mundo eminentemente mercantil. Repetimos no dia a dia da luta que educação não é mercadoria, mas o modelo de educação gerencial está intrinsecamente pautado por parâmetros mercantis que acabam sendo internalizados através do cotidiano escolar: controle do espaço de trabalho, responsabilização de resultados, competição.

De acordo com os defensores do modelo gerencial de organização do trabalho na escola, a responsabilização dos profissionais de educação visa à eficácia do processo de ensino-aprendizagem. O controle seria uma forma de reduzir danos, de verificar e superar erros, de melhorar a transmissão-assimilação dos conteúdos pelos alunos. Tudo de maneira muito transparente, muito técnica, muito eficiente. Entretanto, o que se vê de fato nas escolas é cada vez mais desprofissionalização e precarização do trabalho docente e, em consequência, abandono da carreira e adoecimento dos profissionais de educação.

À exigência de responsabilização docente corresponde a um conjunto de práticas de controle que visam à obtenção de resultados dos quais depende a avaliação meritocrática do profissional. Daí nasce a competitividade entre pares, o cego cumprimento das metas, a não priorização da formação continuada e a aceitação tácita do cumprimento de tarefas que estão além da especificidade do trabalho docente como o lançamento de notas no sistema. O docente torna-se um mero executor de tarefas, transmissor de conteúdos previamente definidos, um aplicador/repetidor de apostilas aprovadas pelos burocratas do sistema. Exclui-se o professor do processo de formulação de políticas educacionais e da reflexão sobre o ato de educar. Esvazia-se o caráter pedagógico do seu trabalho. Expropria-se o saber docente. A perda da autonomia pedagógica conduz à perda da identidade profissional. E o educador perde o protagonismo no processo de produção do conhecimento.

O projeto Escola sem Partido agrava o processo de desprofissionalização do professor da rede pública na medida em que 1) advoga a tese de que o conhecimento é neutro; 2) criminaliza o/a professor/; 3) compromete o planejamento do trabalho docente; 4) aprofunda a divisão social do trabalho; 5) expropria o conhecimento do professor sobre o seu próprio trabalho; 7) condena o que caracteriza como “ideologia de gênero”.

Ao ser obrigado a separar o que pode do que não pode ensinar, fazendo uso da ferramenta do conhecimento 'neutro' da tecnocracia, o professor é impedido de fazer uso do conhecimento construído ao longo da carreira sobre o seu próprio trabalho. Não se trata 'apenas' como a tecnocracia quer nos fazer crer, de censurar a apresentação de certos conteúdos considerados indesejáveis, de excluir uma parte da realidade, higienizar o currículo, de punir os “doutrinadores”, mas de interferir na organização do trabalho docente, desorganizando-o, na medida em que ignora a perspectiva através da qual o professor constrói o seu trabalho e o obriga a abordá-lo de uma perspectiva 'técnica'.

A escola, como a conhecemos hoje carrega em sua gênese a marca da sociedade capitalista e do ideário liberal e se constitui como instituição dessa mesma sociedade e desse mesmo ideário como instância de produção, reprodução

e controle do aparato ideológico necessário à perpetuação do modo de produção capitalista.
Pensadores como Althusser, Bourdieu e Passeron já desde o século passado desmistificaram com suas análises a instituição escola como espaço de neutralidade e autonomia para a formação de "indivíduos plenos", capazes de gerar o progresso pessoal e social. Também, de certa forma, colocaram água fria na utopia da possibilidade de transformação da escola como possibilidade privilegiada de superação do capitalismo: a escola existe para a perpetuação da ordem e não para sua subversão.
Por outro lado, se encaradas tais teorias como um diagnóstico da educação escolarizada no mundo contemporâneo, percebemos que elas nos abrem mais portas do que fecham. Reconhecer a escola pública como poderoso aparelho ideológico do Estado Burguês é o primeiro passo para reconhecer que nesse sentido ela é, também, importante trincheira da luta de classes, espaço de disputa de discursos e contra discursos, assim com o são todas as instâncias e instituições da sociedade. Porque o capitalismo não é eterno, mas o que vem depois dele não pode ter gênese "espontânea" e casual, é que o debate sobre a construção de uma escola a serviço da construção de uma sociedade não capitalista não pode ficar para depois, não pode ser encarado com uma "segunda etapa".
Nessa mesma perspectiva, não se pode pensar uma nova escola, menos aparelhada pelo Estado burguês, sem reconstruir um saber pedagógico na contramão dos pressupostos filosóficos, metodológicos e técnicos que neste momento norteiam o pensar e o fazer pedagógico a serviço desse Estado. E aqui cabe uma pergunta fundamental: a quem cabe esta tarefa? A nosso ver, é uma tarefa para o conjunto de educadores organizados como parte do conjunto da classe trabalhadora.
Por outro lado, esta não pode prescindir do saber pedagógico constituído seja pela prática pedagógica conscientemente engajada na luta, seja pela reflexão consistente e acadêmica igualmente engajada, também não pode ficar restrita a esses estratos de construção. É preciso envolver nela outras vozes e discursos que perpassam a escola e o ato educativo: os trabalhadores que, mesmo não tendo dentro da escola a função direta de educar, fazem parte do processo educativo, aqueles que são o alvo deste processo e que por isso mesmo constroem sobre ele um saber, os trabalhadores que encaminham seus filhos à escola para que ela os ajude a ampliar suas perspectivas de futuro.
Em Belo Horizonte a política educacional do governo Kallil/Dalben mantém a política do governo anterior, restringindo a autonomia pedagógica dos profissionais da educação e mantendo o controle sobre as direções de escolas, o assédio moral e os interventores. Em prejuízo à gestão democrática que defendemos. Mantém a terceirização do ensino, as parcerias público-privado e avançam na implementação do projeto de Escola Integrada fundindo o mesmo com o MAISEDUCAÇÃO.
Negam a aplicação do 1/3 da jornada do professor, conforme a Lei do Piso; promovem a redução salarial dos trabalhadores a partir da ausência de uma política salarial que recomponha as perdas históricas e anuais pela inflação e aplique uma recuperação dos salários pondo fim à dupla e tripla jornada de trabalho e ao adoecimento; não há combate à violência dentro e no entorno à escola, deixando à própria sorte estudantes e profissionais da área. Sobre as avaliações externas, houve uma derrota desse projeto com o fim do AVALIABH. Impedindo assim se introduzir a meritocracia na educação. A novidade agora é introduzir crianças de 4 e 5 anos nas escolas de ensino fundamental, remanejando o terceiro ciclo das escolas.
Por isso, é tarefa do SIND-REDE/BH é intensificar as lutas em defesa da Escola Pública e ser um instrumento de luta capaz de aglutinar a categoria e a sociedade na discussão e luta por outro projeto de Educação: pública, gratuita, de qualidade, laica e a serviço dos trabalhadores.
É a partir desta perspectiva de escola que se constrói o espaço de luta da classe trabalhadora.

Resolução sobre Terceirização para o XII Congresso da Rede

Considerando: 1- Que os trabalhadores terceirizados (contratados via Caixa Escolar e outros) recebem os menores salários dentre os Trabalhadores em Educação; trabalham em média com uma jornada de três horas semanais a mais; recebem 27% menos que o trabalhador direto; trabalhador fica, em média na empresa, 2 anos e meio enquanto o trabalhador direto fica 6 anos; trabalham em situação de risco maior e insalubridade; e, sofrem mais calote na hora da demissão. 2- Que nos 13 anos do governo do PT (2003 – 2016) a classe trabalhadora sofreu duros ataques e retiradas de direitos, a exemplo da reforma da previdência de 2003. 3- Que o golpe parlamentar orquestrado em 2016 que colocou Michel Temer como presidente vem aprofundando a retirada de direitos com Leis como a da Terceirização e a Reforma Trabalhista. 4- Que somente o concurso público garantirá direitos como: estabilidade, plano de carreira, melhores salários e condições de trabalho.

O XII Congresso da REDE resolve: 1- Que o Sind-REDE/BH empenhará esforços pela revogação da Lei de Terceirização e da Reforma Trabalhista. 2- Que o Sind-REDE/BH terá em seu programa a defesa do emprego para tod@s e a defesa do concurso público, com provas práticas, para novas vagas nas escolas e UMEIs de BH. 3- Que o Sind-REDE/BH manterá seus esforços na conscientização e fortalecimento do setor terceirizado da rede de ensino municipal de BH, independentemente de qual empresa venha assumir esses trabalhadores.

Assinam essa resolução:
Diretores do Sind-REDE/BH: Daniel Wardil EM Sebastião Guilherme; **Maria das Dores** EM Luiz Gatti, **Pedro Valadares** EM Milton Lage
Representantes das e dos trabalhadoras e trabalhadores terceirizad@s: Ademir Figueiredo (Ana Alves); **Adminton Melo (**Honorina de Barros); **Adriana Paulo** (Arthur Guimarães); **Adriana Cristina (**Minaslandia); **Adriane (**Eloy Heraldo); **Alexis Rodrigues (**Belo Horizonte); **Alexandre Alves** (Carmelita); **Ana Flávia (**Franscisco Bressane); **Andreia Batista** (Santa Teresinha); **Antônio de Oliveira (**Tenente Penido); **Aparecida de Maria (**José Isidoro); **Beatriz da Silva (**Tristão da Cunha); **Cássia Magali** Mestre Paranhos; **Ceniro Souza (**Jardim Neblon); **Cícera Batista (**Baleia); **Claudiane Ramos (**Dom Bosco); **Cleber A. Silva** Pampulha; **Cleuza Maria; Crislene Lopes** (Pdre Guilherme); **Cristiane Ribeiro** (Pde Edeimar massote); **Cristina P. Anselmo (**Prof Marilia Tanure); **Danilo de Alvarenga** (Adauto Lúcio); **Dilma Dias (**Padre Francisco); **Edilamar Marques (**Sebastiana Novais); **Edilane Gomes (**Conêgo Raimundo); **Edna Maria** (Santa Branca); **Edvaldo (**Henriqueta Lisboa); **Elisangela de Fátima (**Nova Esperança; **Emerson de Barros** (Jardim Felicidade); **Eunice dos Santos (**Pres Trancredo Neves); **Eustáquio José** (Pref Aminthas); **Fábio Martins (**Francisco Azevedo); **Glaucia Cristina** (Levindo Lopes); **Gracielli Gonçalves** (Sagrada Familia); **Helbert Bruno** (Vila Pinho); **Helbert Marconi (**Prof Tabajara); **Jeniffer Martins** (Imaco); **Joaz Moreira (P**edro Aleixo); **José João** (Mangueiras); **Kátia de Souza** Mariquinhas; **Kevia Cristina** (Dr José Xavier); **Lilia Maria (**Osvaldo Cruz); **Lilian Guimaraes (**Antônio Gomes); **Luana Zanetti (**Maria de Rezende Costa); **Luis Carlos Assis** (José Madureira); **Luiz Fungancio (**Senador Levindo); **Luiza Reis Rocha** (Planalto); **Marcelia Gomes** (Venda Nova); **Marcelina Cardoso (**Augusta Medeiros); **Márcia (**Timbiras); **Márcia Cristiane (**Maria Assunção); **Márcia Pereira** (Luigi Toniolo); **Marco Antonio (**José Maria); **Maria Lima** (Prof Moacy); **Maria Clemente (**Zilah Spósito); **Maria da Silva** (São Marcos); **Maria das Graças (**Helio Peregrino); **Maria de Lourdes (**Edith); **Marlene Clemente** (Jardim Guanabara); **Mayara Pereira (**Nova Iorque); **Meire Gomes (**Paraúnas); **Newton Dias** (Sergio Miranda); **Nilce Soares Martins (**Cardoso); **Onélia Pereira (S**ilva Lobo); **Pâmela Rodrigues Alves** (Parque Real); **Patrícia Pacheco dos Santos** (Maldonado); **Paulo de Oliveira (**Antônia Ferreia); **Poliana Costa** (Carlos Prates); **Priscila Homeze** (GETECO); **Priscilla Izabel Martins** (Cinquentenário); **Raul Felipe Viana** (Francisco Magalhães); **Regiany Gomes** (Piratininga); **Rejane Santiago (**Maria Magalhães); **Renata Aparecida** (Miramar); **Renato de Paula (**João Pinheiro); **Rosilene Simões** (Pacajá); **Rubia Mara (**Xodó); **Sandra Regina** (Josefina Lima); **Sarah Ferraz** (Itatiaia); **Silvana Oliveira (**Serra Verde); **Solange Gomes** (Vila Glóvis); **Tamara Fernanda** (Santa Maria); **Teresa Cristina (**Marconi); **Thiago Douglas (**Osvaldo França); **Tiago Henrique (**Loreto Ribeiro); **Valdivino Rodrigues** (Odina Nobre); **Vania de Fátima** (Guarani); **Vicente de Paulo (**M Sales); **Vivian Aparecida** (Vila São Vicente); **Warlei Cardoso** (Milton Campos); **Welida Marcia** (Luxemburgo); **Érika Marly** (Pilar); **Wilson Loreno** (União). **Zilda Aparecida** (Pituchinha). **SUPLENTES: Claudiana Rodrigues** José Isidoro; **Sergio Vitor** Maria Gorete; **Varli Lima (**Consuelita); **Aline Moreira** (Ceu Azul); **Angélica Maria** (Edith). **Trabalhadores de base: Adriana Gonçalves de Almeida** Dr José Xavier; **Andre dos santos** Academico Vivaldi; **Cláudio Rodrigues** Santa Teresinha; **Clealda Carvalho** Dulce Maria Homem; **Flávia Galvão** Prof Consuelita Cândida; **Guilherme da Luz** Prof Maria Modesta; **João Corrêa Filho** Milton Lage; **Lília Fernandes** Dom Orione; **Lilian Gomes** Lídia Angélica; **Lucinéia Soares** Francisca Alves; **Maria Celeste pereira** Acidalia alott; **Alessandra dos Santos Araujo** Prof Mário Werneck; **Gleison** Monsenhor Arthur; **Janaina Regina** Vila Fazendinha; **Kenia Rodrigues** Arthur Guimarães; **Lidiane Angela** EM José de Calazans; **Maria das graças** EM Tenente Penido; **Viviane Petronilho** EM Dom Jaime Barros; **Wesley Brito da Cunha** EM Padre Flávio; **Vanessa Angélica (**União); **Phillipe Henrique (**Efigênia Vidigal); **Rita Verônica** (Aurélio Pires); **Gleiciane Joyce** (Prof Amilcar Martins); **Jaqueline Alves** (Pdr Edeimar); **Marlucia Xavier** (Senador Levindo); **Jéssica Andrade** (Prof Daniel Alvarenga); **Francisco Saldanha** (Francisca de Paula); **Thays Ferreira (** Aarão Reis). **Raiana Catiele** (Alaíde Lisboa); **Luciene Aganete** (BDI); **Maria das Graças** (Calafate); **Kelly hovanes (**Califórnia); **Luciana Rita** (Carlos Prates); **Cleverton Willian** (Castelo); **Hernane Ferreira** (Heliópolis); **Maria Nilde** (Mariquinhas); **Maria Aparecida (**Nova Esperança); **Poliana de Oliveira** (PPL); **Liliane de Souza** (Timbiras); **Mariana Danielle** (Urca); **Meirilaine da Silva** (Urca); **Osvaldo de Andrade** (Urucuia); **Alcione Lemos** (Vila Estrela); **Vivian Oliveira** (Vila Maria); **Adriane Gurgel** (Xodó); **Elciane Ribeiro** (Pilar);

PROPOSTA DO COLETIVO FORTALECER PARA O XII CONGRESSO DA REDE

Apresentamos abaixo uma relação de propostas de resoluções sobre o ponto educacional, construídos pelo Coletivo Fortalecer.

1. Por uma educação para além da lógica e do ethos capitalista. Educação não é mercadoria!
2. Educação pública de qualidade através da valorização do trabalhador da educação da rede pública.
3. Pelo fim dos modelos gerenciais de organização escolar!
4. Pelo fim da responsabilização, da precarização e dos mecanismos de controle! Pela defesa da autonomia pedagógica nas escolas! Contra a meritocracia e as avaliações externas!
5. A luta contra a redução dos direitos: contra as reformas de Temer, o ajuste fiscal e os pacotes de redução de direitos e salários em tramitação na União, nos estados e nos municípios!

1. Pela universalização da educação pública, gratuita, laica, autônoma, democrática e de qualidade! Pelo não fechamento de escolas! Pelo fim da superlotação de turmas!
2. Por um piso nacional equivalente ao salário mínimo do DIEESE que é de R$ 3.744,83 (referência agosto de 2017), segundo DIEESE (s.d.)!
3. Por uma nova concepção de escola que possa se contrapor ao avanço do capital sobre o saber que produzimos. Por uma escola sem mordaça, que seja inclusiva e democrática. Por isso, propomos a organização de uma ampla Conferência de Educação no município.
4. Atendimento à pauta de reivindicações dos trabalhadores em educação da rede;
5. Cumprimento da Lei 11.738 (lei do Piso) sobre o 1/3 da jornada do professor que representa 7 horas de planejamento, sem substituição;
6. Unificação da carreira de professor da Educação Infantil com a de professor municipal com isonomia salarial;
7. Tempo coletivo para reunião pedagógica dentro da jornada de trabalho;
8. Política de saúde do professor e funcionário das escolas: promoção, prevenção e tratamento;
9. Política de saúde da mulher trabalhadora, uma vez que esta é maioria na educação e sofre com o acúmulo das jornadas de trabalho escolar e jornada doméstica;
10. Política de saúde para os estudantes das escolas: promoção, prevenção e tratamento;
11. Diminuição do número de alunos em sala;
12. Número reduzido de alunos em sala em que houver alunos de inclusão;
13. Garantia de uma verdadeira política de inclusão de alunos com deficiência, com profissionais de nível superior, concursados, para auxiliar no processo de aprendizagem, formação, bem como garantir uma infraestrutura adequada nas escolas para estudantes e trabalhadores em educação com deficiência, além da materialidade adequada nas escolas, diminuição do número de alunos em sala, manutenção das escolas especiais, criação imediata de Centros Especializados com equipes intersetoriais, sendo um em cada Regional do Município, compostos, pelo menos, por profissionais das seguintes áreas: psicologia, assistência social, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psiquiatria infantil, dentre outros que se julgar necessários;
14. Financiamento que atenda às demandas de uma escola de qualidade, com infraestrutura e materialidade adequada, com a implantação das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) na escola;
15. Por uma gestão democrática nas escolas que garanta o fortalecimento das instâncias democráticas da escola (Assembleia Escolar e Colegiados Escolares) e o respeito aos Projetos Político Pedagógicos da Escola e UMEIS;
16. Política salarial condigna para os professores, a fim de que estes possam trabalhar em apenas uma jornada diária, através da recuperação das perdas históricas da categoria. Contra a política do governo Kallil em vincular o reajuste do funcionalismo com o crescimento da receita;
17. Diminuição da jornada de trabalho dos funcionários da escola, tantos os efetivos quanto os terceirizados e política salarial condigna;
18. Fim da terceirização na educação e realização de concurso público que valorize o tempo que os trabalhadores terceirizados já tem na escola e com provas práticas;
19. Contra a Escola Integrada e pela Escola em Tempo Integral, com profissionais devidamente habilitados e concursados e com diversidade curricular;
20. Contra a privatização do ensino através da terceirização e/ou PPP's nas escolas;
21. Pela aplicação dos 30% do orçamento exclusivamente na educação pública do município;
22. 10% do PIB para a educação pública, já!

Referência:

DIEESE. (s.d.). Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. **Salário mínimo nominal e necessário.** Disponível em <:https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> Acesso em 13 set. 2017.

Resolução sobre apoio aos movimentos sociais, da cidade, do campo, estudantil, oposições dentre outros.

Considerando:

1- Que a sociedade em que vivemos é uma constante luta entre opressores e oprimidos.
2- Que a educação se relaciona diretamente com todos os movimentos da cidade e do campo.
3- Que o avanço na pauta de parceiros nossos significa avanço também para os trabalhadores em educação.
4- Que os governos, nossos adversários em defesa dos direitos, se enfraquecem com as mais diversas ações organizadas dos movimentos sociais em BH e no país, e com isso abre caminho para o avanço de nossas pautas também.
5- Que a juventude protagoniza importantes enfrentamentos em defesa de direitos para toda população, incluindo os trabalhadores em educação.
6- Que a classe operária, um dos setores mais importantes da sociedade, quando se movimentam em defesa de direitos, provocam mudanças profundas em nossa sociedade.
7- Que a luta contra as opressões (machismo, racismo e contra o preconceito contra LGBT) é tarefa de toda organização sindical.

O XII Congresso da REDE resolve:
1- Reafirmar o principio de solidariedade de classe do Sind-REDE/BH com o conjunto dos movimentos sociais do país e do mundo.
2- Apoiar com notas e declarações públicas os movimentos que se alinham com os princípios políticos dessa categoria.
3- Destinar 1% da arrecadação mensal do sindicato para auxílios financeiros ao mais diversos movimentos sociais. A Diretoria Colegiada ficaria encarregada de analisar os pedidos de auxílios financeiros conferindo se os mesmo são condizentes com os idéias da entidade, e fazendo a distribuição de acordo com a discussão feita em reunião.
4- A suspensão desse auxilio fica a critério da diretoria colegiada em caso de problemas financeiros da entidade.

Coletivo Fortalecer

Contribuições do Grupo TLPA

Propostas de alteração no Estatuto

Capitulo III Artigo 15 Acrescentar VI Plenária de Aposentados/as. Departamento de Previdência e Aposentados/as Artigo 43 Alterar para :Propor ações para divulgar, informar, esclarecer os filiados sobre a natureza e as características, funções ou qualquer outro tema referente ao RPPS (Regi-me Previdência). Acrescentar VI Manter um advogado com uma carga horário de 1 à 2 plantões semanais, especialista em previdência pública e Municipal para atendimento específico dos temas pertinentes ao regime previdenciário Municipal e das legislações sobre as previdência pública! Capitulo VI Artigo 51, Acrescentar no VI ...,e, no mínimo ,2 trabalhadores da educação aposentados/as sendo um titular e um efetivo . Dos eleitores Artigo 59 alterar no a) Ser filiado ...no mínimo 30 dias ...

Contribuição da "Unidade Classista para um novo ciclo de lutas"

O programa "Escola sem Partido" e os perigos de uma escola única

Nos últimos anos, a pauta educacional brasileira tem sido monopolizada por um acirrado debate sobre o caráter ideológico da educação. Nessa discussão, balizada por um forte viés reacionário, surgem novos atores, até então submersos no tecido social, mas que emergiram no último período, conjuntamente a um verdadeiro ascenso liberal-conservador. Liberal do ponto de vista econômico, conservador do ponto de vista da moral. Esse ascenso, representado por elementos da direita tradicional, movimentos religiosos fundamentalistas, setores do empresariado burguês e novas vozes que reverberam pelas redes sociais, encontra um dos seus proponentes mais significativos o Movimento Escola sem Partido, fundado pelo advogado Miguel Nagib, em 2004.

Esse projeto, que incorpora em si a agenda preconceituosa do discurso anti-Ideologia de Gênero, apregoa que a educação brasileira é marcada pela doutrinação ideológica de "*militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo*" (trecho retirado do site do movimento). Em seu nascedouro, esse movimento não gerou muitas preocupações devido ao contexto nacional desfavorável caracterizado pelo início do governo do Partido dos Trabalhadores. No entanto, a medida que a polarização política no país se acentuou, o projeto ganhou corpo e cresceu, assim como outros movimentos de cunho fascista, que passaram a apresentar suas teses abertamente sem nenhum pudor

A proposta do Escola sem Partido foi apresentada em forma de projeto de lei pela primeira vez no Estado do Rio de Janeiro, pelo deputado Flávio Bolsonaro e a segunda vez no Município do Rio de Janeiro, pelo vereador Carlos Bolsonaro – ambos filhos do deputado federal Jair Bolsonaro, que tem sido um dos grandes porta-vozes do avanço conservador. Propostas semelhantes já se espalharam por diversas câmaras municipais e assembleias legislativas sendo o tema sob qual giraram as Conferências Municipais de educação. Em âmbito nacional, o deputado Izalci (PSDB/DF) apresentou o PL 867/2015 à Câmara dos Deputados que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Dentre várias questões, o artigo 3º do referido projeto diz o seguinte: "Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes". O que supostamente violar tais convicções poderá será julgado de acordo com o que e com quem quiserem criminalizar.

Em Belo Horizonte, o projeto do Programa Escola Sem Partido foi aprovado em primeira instância na Câmara Municipal como PL 274/17. Neste PL se prevê a fixação de cartazes em sala de aula contendo as regras estabelecidas na Lei, mas não determina a forma como será fiscalizada a sua aplicação e nem se haverá algum tipo de punição. Porém, os setores conservadores se articulam para aprofundar ainda mais o projeto de lei para ser aprovado no plenário da câmara de vereadores. Com todas as limitações estruturais da escola pública básica brasileira, do ponto de vista legal, existem conquistas pelas quais devemos lutar e defender, sobretudo seu caráter democrático,

como a existência dos Projetos Político-Pedagógicos, as gestões democráticas, os órgãos colegiados, o trabalho realizado a partir da troca de saberes e experiências, inclusive, no que se diz respeito à diversidade e a apresentação para os alunos das diferentes culturas e religiões. Tudo isso assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96). Existe também a garantia em Lei de que a família e equipe pedagógica precisam caminhar juntas para possibilitar acesso e permanência dos alunos nas escolas, assim como assegurar o direito ao pleno aprender.

Porém, projetos como o Programa Escola Sem Partido demonstram ignorar a organização da escola e seu currículo, assim como todo o acúmulo histórico das ciências da educação. Além disso, o programa afirma que os professores se aproveitam da audiência cativa dos alunos para definir a orientação sexual dos estudantes e a refutar a educação religiosa e moral que os pais lhe apresentam, doutrinando-os ideologicamente. Nós, trabalhadores em educação básica reunidos neste XII Congresso do SindREDE/BH, rejeitamos esse posicionamento, tanto na dimensão prática quanto na teórica. Essa rejeição se dá uma vez que entendemos ideologia como as diferentes formas de se ver e se conceber o mundo. Portanto, não existe neutralidade. Quando projetos como o Escola sem Partido defendem a "não ideologização" em nome dessa pretensa neutralidade, também estão impregnados de ideologia. Em outras palavras, em nome da não-doutrinação, estão estabelecendo a sua própria doutrinação: a de uma escola única, não plural nas concepções pedagógicas e, consequentemente, não democrática. Advogam a neutralidade e se dizem não partidários. No entanto, suas intenções são claras: a retroação dos avanços que tivemos nas últimas décadas, especialmente com relação a promoção dos direitos humanos.

O Programa Escola Sem Partido é um projeto de escola que visa um partido único, que exclui a pluralidade de ideias dentro do ambiente escolar, sendo assim um projeto inconstitucional, iniciando uma perseguição aos professores que buscam contemplar todos os alunos com a educação prevista em Lei. É a partir disso que convocamos todos as trabalhadoras e trabalhadores em educação, e o SindREDE/BH, a acompanhar o desenrolar da PL 274/17 em sua tramitação na Câmara, e o PL 867/2015 no Congresso Nacional até sua derrota, cobrando posicionamento claro da Secretaria Municipal de Educação e do Prefeito contra este projeto.

Unidos com o conjunto dos movimentos sociais devemos manter uma postura combativa para barrar essa Lei da Mordaça! Mais do que nunca, é preciso tomar partido, em defesa da classe trabalhadora e em defesa de uma educação crítica para seus filhos. Para que nossa vida não seja submetida à mercadoria rentável e alienada ao Capital. Lutar contra o projeto Escola sem Partido, é lutar em defesa não só do conhecimento, é lutar pelo direito de decidir, de dizer um basta à exploração e a opressão, de conhecer sua própria história, de saber que lutar mais do que um direito é uma necessidade.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BH

Claúdia Lopes da Costa, Jacinta Braga e Evangely Maria Albertini Rodrigues

Dispõe sobre a garantia de parâmetros para assegurar a aplicabilidade de direitos os quais são regulamentados por Leis, Portarias e Resoluções que regem a Educação Infantil em Belo Horizonte.

A Diretoria Colegiada do Sind-Rede/BH, no uso de suas atribuições, como representante da categoria dos trabalhadores em educação do município de Belo Horizonte, pretende através desta Resolução, discutir e aprovar no XII Congresso da Rede, Carolina Maria de Jesus, proposições que compõem as bandeiras de luta da Educação Infantil. Essas proposições foram construídas a partir de um amplo debate com a categoria. Elas compõem nossas principais reivindicações sobre a Carreira e modificações nas condições de trabalho.

Art. 1º - A Lei 7235/1996 que dispõe sobre o quadro especial da Secretaria Municipal de Educação e institui o Plano de Carreira dos servidores da educação da PBH, modificou a exigência da habilitação mínima para o exercício do cargo de educador infantil, exigindo curso de nível médio na modalidade normal. Essa lei modifica também os critérios para progressão profissional por escolaridade superior previstos no Art.9, ficando a progressão por escolaridade superior limitada a dois níveis. Para a modificação desse critério, exigimos a unificação da carreira da Educação Infantil com a dos demais professores municipais, garantindo direitos iguais.

Art. 2º – Considerando a Resolução do CME/BH Nº 01/2015, em seu Artigo 19, § 1º, que estabelece o quantitativo professor/aluno de maneira a sobrecarregar esse/essa profissional com excesso de crianças em sala, comprometendo a segurança e o desenvolvimento das propostas pedagógicas, defendemos a diminuição do número de crianças, seguindo os parâmetros de organização do grupo etário. Propomos a seguinte relação professor/criança:

0/1 ano – até 5 crianças por professor para a Educação Infantil
1/2 anos – até 6 crianças por professor para a Educação Infantil
2/3 anos – até 7 crianças por professor para a Educação Infantil
3/4 anos – até 16 crianças por professor para a Educação Infantil
4/5 anos – até 20 crianças por professor para a Educação Infantil
5/6 anos – até 20 crianças por professor para a Educação Infantil

Parágrafo único – Para se fazer cumprir as novas medidas protetivas e ações judiciais deve-se abrir novas turmas quando não houver vaga.
Art. 3º – Sobre a organização dos grupos de crianças na Educação Infantil, defendemos como data de recorte etário 31/03 para ingresso, desde que:
I – seja garantido o direito da criança de permanecer na escola de Educação Infantil até completar 6 anos;
II - a turma seja constituída por idades aproximadas, contendo apenas um recorte etário;
III- a razão professor/criança da faixa de idade menor seja o parâmetro para a organização das turmas;
IV - esteja fundamentada toda a proposta pedagógica da instituição nas Leis, Decretos, Resoluções, Diretrizes e Proposições que norteiem o trabalho nessa etapa de formação.
Parágrafo único - A organização dos grupos de crianças a que se refere o caput deste artigo deve ocorrer também no ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental.
Art. 4º - Que a PBH acate a recomendação do Ministério Público, de setembro de 2016, de pôr fim às novas contratações de auxiliares de apoio na educação infantil, tendo em vista:
I - A extinção dessa função que substitui o trabalho do/a professor/a concursado/a e o retorno desse/dessa profissional para atuar nas turmas de 0-2 anos.
Art. 5º – Que a PBH estabeleça a manutenção de dois/duas professores/as o tempo todo em sala de aula nas turmas de 0 a 2 anos, inclusive durante os horários de planejamento (tempo extraclasse).
Art. 6º – Em relação a Seção V da Resolução do CME/BH nº 01/2015, em seu Art. 12 (Dos espaços, das Instalações e dos equipamentos), exigimos que as UMEIs, EMEIs e UMEIs/PPPs (Parceria Público Privadas) sejam revistas, levando em consideração seus espaços inadequados ao trabalho pedagógico, uma vez que, suas salas são pequenas, o barulho e o calor são intensos devido ao material usado nas construções, não existe espaço externo com área coberta, piso adequado para realização das atividades lúdicas e esportivas com as crianças.
Art. 6º - O retorno da administração das UMEIs/PPP para a PBH.
Art. 7º - Coordenadores eleitos pelos pares em tempo parcial e/ou integral, prevalecendo a autonomia do grupo para decidir sobre esta organização.
Art. 8º - Garantia da autonomia das Escolas de Educação Infantil (EMEIs, UMEIs) na organização do seu quadro, mediante diagnóstico construído pela comunidade escolar;
Art. 9º - Exigir da PBH maior transparência nas verbas que financiam a educação, discriminando para onde os recursos estão indo, em especial o do FUNDEB no que diz respeito a 60% e 40% de pagamentos de ativos, efetivos em escolas, aposentados, etc.
Art. 10º - Exigir maior transparência da PBH no repasse das verbas para as escolas.
Art. 11º - Exigir da PBH o cumprimento da Lei do Piso Nacional.
Art. 12º - Garantir que mediante laudo médico e/ou avaliação da equipe pedagógica, toda criança que apresente algum comprometimento no desenvolvimento, a turma tenha direito a uma/um auxiliar de apoio a inclusão.
Art. 13º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação no XII Congresso da Rede Carolina Maria de Jesus, revogando-se as disposições em contrário.

MANIFESTO DE NEGROS E NEGRAS PARA O XII CONGRESSO DO SIND-REDE/BH

Considerando que:

Desde que nossos antepassados foram sequestrados da África para cá, pela sanha capitalista, nunca houve um só dia de calmaria por aqui. Somos herdeiros daqueles e daquelas que se insurgiram contra os senhores de engenho e contra a Coroa, que formaram quilombos mata a dentro e nas cidades, que organizaram e dirigiram rebeliões e que apontaram seus canhões para uma classe dominante branca e acovardada. Nossa luta só chegará ao fim quando derrubarmos esse sistema racista e capitalista que vem matando nosso povo há mais de cinco séculos! E, assim, como nossos antepassados palmarinos se negaram a apoiar qualquer algoz de nossa raça e nossa classe, holandeses ou portugueses, nós reafirmamos nossa independência de raça e classe.

A população negra, hoje, soma 54% da população geral do país, totalizando 97 milhões de pessoas, sendo 50 milhões de mulheres negras (IBGE, 2011), vivendo em extrema pobreza, com pouco ou nenhum acesso à educação e aos serviços básicos.

Os governos do PT mostraram o fracasso da conciliação de classes. Por 14 anos sentaram à mesa com latifundiários, banqueiros e todo tipo de herdeiros da *casa grande* em nome de uma suposta agenda política progressista que, curiosamente, necessitava de alianças com José Sarney, Fernando Collor, Kátia Abreu, Henrique Meirelles, Edir Macedo e cia. Não esqueceremos que durante esses governos houve um verdadeiro genocídio do nosso povo negro! Que houve menos demarcações de terras durante o Governo Dilma do que em governos anteriores, a partir de onde explodiu o número de assassinatos no campo! O governo Lula, foi o responsável pela Lei Anti-drogas que encarcerou em massa o povo negro em presídios tão degradantes que o próprio Ministro da Justiça de Dilma disse cinicamente que preferia morrer a ir para numa cadeia brasileira.

explodiu o número de assassinatos no campo! O governo Lula, foi o responsável pela Lei Anti-drogas que encarcerou em massa o povo negro em presídios tão degradantes que o próprio Ministro da Justiça de Dilma disse cinicamente que preferia morrer a ir para numa cadeia brasileira.

De 2003 a 2014 a população carcerária no Brasil passou de 308 mil para 607 mil presos e presas! E 41% desses presos se quer foram julgados, aguardam julgamento ainda, mas já estão presos. E com altas doses de racismo, 67% dos presos são negros e 68% das mulheres presas são mulheres negras!

A combinação do machismo e do racismo impõe sobre elas um grande peso das mazelas sociais produzidas pelo capitalismo. São responsáveis exclusivas por 51% das famílias brasileiras e têm sido penalizadas com o assassinato dos seus filhos pela polícia ou com o encarceramento deles, a partir da falta de politica pública que garanta alguma perspectiva para a juventude pobre do país. Seguem sendo reproduzidas falsas ideias sobre a sexualidade das mesmas, colocando-as como fogosas e promíscuas, fazendo com que elas sejam o principal alvo da violência sexual. O aumento das manifestações racistas e da violência machista faz com elas sejam também as maiores vítimas do feminicídio.

Agora, com Michel Temer (PMDB), os ataques ao nosso povo continuam. A Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência querem empurrar o nosso povo e a nossa juventude para a vala da indigência, com mais trabalho, piores salários e nenhum direito. Além disso, atacam os serviços públicos enquanto dão bilhões para os banqueiros com o pagamento da criminosa dívida pública. Uma dívida que de pública, não tem nada.

Em Minas Gerais os ataques ao nosso povo negro seguem o *script.* Em nosso estado a destruição da escola pública com os baixos salários dos trabalhadores em educação e sucateamento dos espaços. A crescente violência da polícia militar (PM) do governo de Fernando Pimentel (PT) contra os trabalhadores negros moradores das periferias.

Esta violência se expressa nas altas taxas de mortalidade de negros e negras também em nosso estado. Segundo dados das delegacias especializadas, o número de homicídios de negros nos últimos três anos, em Belo Horizonte, foi quatro vezes superior ao de homicídios de brancos.

Se forem somados os números apresentados pelo inspetor da Coordenação de Direitos Humanos da Polícia Civil José Gonçalves, relativos aos anos de 2014 a 2016, foram apurados nas delegacias 735 assassinatos de negros contra 183 de brancos. Ainda de acordo com o inspetor, o número de notificações de casos de injúria racial tem crescido gradualmente a cada ano. Em 2011, foram registrados 43 casos. Três anos depois, em 2014, as ocorrências chegaram a 141. Em 2016, a 289.

Em Belo Horizonte o que temos visto no governo do empresário Alexandre Kalil (PHS) e Paulo Lamac (REDE) é o total descaso com a população. Com o mote de "Governar para que quem precisa" Kalil e Lamac permitiram o aumento das tarifas de ônibus o que dificulta a vida ilhando os periféricos, impedindo os trabalhadores e a juventude negra quanto ao acesso à cidade. Em seguida, prefeito e vice resolveram perseguir os trabalhadores ambulantes da cidade impedindo-os de trabalhar através de fiscais, Guarda Municipal cada vez mais armada e a PM usando de truculência usual pra cima destes pais e mães de família negras!

Kalil disse que ia tratar com carinho os trabalhadores em educação de Belo Horizonte. Assim como nosso país é de maioria negra as escolas também são com seus alunos, trabalhadores terceirizados, professoras da educação infantil e professores municipais e demais servidores. A política de valorização a educação tem sido pífia. O governo Kalil é continuidade do governo de Márcio Lacerda. E agora com o anúncio da autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI) podemos nos deparar com demissão em massa dos trabalhadores terceirizados do Caixa Escolar uma parte da categoria que é composta em sua maioria por mulheres negras. Além disso a proposta de reajuste de 2,53% dos servidores não recompõe nem 10% do somatório das perdas dos últimos (27%).

O XII Congresso do Sind-REDE/BH resolve:

Campanhas de sindicalização voltadas para negros e negras, trazendo pontos que dizem respeito à realidade racial na sociedade; Campanhas para que obriguem a prefeitura a ofertar condições para a formação docente para todas as escolas da rede municipal quanto a Lei 10.639 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e Lei 11.645 que inclui no currículo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas; Que o Sind-REDE/BH abra campanha para abertura de concurso público com a Lei 1.813/16 de cotas raciais para os cargos que hoje são ocupados pelos terceirizados garantindo o emprego destes caso não sejam aprovados em tal concurso; Que o Sind-REDE/ BH lute pela ampliação da Lei 1.813/16 de cotas raciais considerando o percentual de negros e pardos da cidade de Belo Horizonte.

Assinam: Carolina (EMPDV), Clayton (EMPA), Wanderson Rocha (EMMMF), Wilma (EMPAT), Diana (EMZA), Lacerda (EMLGJ), Elaine (EMLGJ).

FORA TEMER! FORA TODOS OS CORRUPTOS E CORRUPTORES!
AQUILOMBAR AS LUTAS, JÁ!
REPARAÇÕES AO POVO NEGRO, JÁ!

Combater o machismo para unificar e fortalecer a luta da Classe Trabalhadora

Considerando que:

Os sindicatos, por fazerem parte de uma sociedade que reproduz constantemente as opressões, acabam refletindo as desigualdades impostas aos oprimidos, em seu meio. A importante presença das mulheres trabalhadoras nas lutas deste ano, como, por exemplo, ocorreu no 8 de março ou nas mobilizações da greve geral, não necessariamente se reflete na direções das entidades ou na composição de mesas de debates políticos ou na participação ativa nas tarefas de elaboração do movimento. Raramente as pautas de reivindicações e de discussões contam com pontos que afetam as trabalhadoras pelo fato de serem mulheres, muitas vezes, o debate acaba sendo realizado somente entre elas próprias. O que é um erro, as demandas das mulheres trabalhadoras tem de ser parte do programa da classe trabalhadora de conjunto. Outro desafio que as trabalhadoras enfrentam é o risco permanente da violência, sendo uma preocupação real o horário e como saem dos lugares. Por isso, é fundamental que os sindicatos se preocupem com essa logística e tenham uma política de acesso e permanência das mulheres nas atividades, garantindo a sua segurança. As trabalhadoras são frequentemente confrontadas com "piadas" e "brincadeiras", que na realidade representam uma forma velada de assédio sexual e agressão. Têm suas falas interrompidas e são silenciadas quando expõem suas opiniões. Quando apontam os casos de machismo ou propõem que o tema seja discutido nas reuniões de diretoria ou assembleias, são acusadas de "dramáticas" ou "exageradas", essas posturas dificultam a inclusão de novas mulheres e afasta as que se propõem a construir a entidade. Outro erro grave que pode acontecer é tratar o tema do machismo como arma política, em disputas pelo aparato ou por posições. Tal postura é inaceitável e deve ser veementemente combatida entre nós, pois a luta contra a opressão de gênero e qualquer outra forma de opressão deve ser parte dos nossos princípios e dos esforços em unificar a nossa classe na luta contra os patrões e governos. No caso das mães a situação é ainda mais grave. Além das limitações objetivas a que estão sujeitas, devido às múltiplas jornadas de trabalho, sofrem as pressões subjetivas da sociedade. Quando dividem seu tempo entre as tarefas domésticas e a formação política ou os compromissos sindicais, são questionadas e sofrem com o sentimento de culpa por deixarem de dedicar a integralidade de seu tempo fora do trabalho à criação dos filhos. Aquelas que conseguem superar essas barreiras não encontram sensibilidade e compreensão de suas necessidades especiais e sobre a particularidade de suas rotinas e horários. As LGBTs estão presentes entre as diversas categorias de trabalho, porém, devido o medo da violência e da discriminação, a maioria delas não assume sua identidade de gênero ou sua orientação sexual. Por outro lado, as entidades não têm iniciativas ou mecanismos para aproximá-las ou combater a violência lbtfóbica que sofrem em seu cotidiano de trabalho, isso quando não reproduzem fielmente todos os aspectos dessa opressão. Precisamos mudar essa prática e fazer com que as trabalhadoras LBTs sintam-se parte da classe trabalhadora e confie nessa para lutar em defesa de todos os seus direitos. As mulheres negras normalmente são o principal alvo do assédio e da super exploração nos locais de trabalho. Porém, os próprios trabalhadores na maioria das vezes veem com naturalidade o tratamento diferenciado, influenciados pelo mito da democracia racial. Ao buscarem o sindicato acabam enfrentando a mesma reprodução do racismo, seja ao serem vistas como objeto sexual ou não terem as suas demandas consideradas à luz dos anos de resquício da escravidão e de imposição de desigualdades. Os espaços sindicais, que lutam por direitos, justiça e têm plena noção das mazelas do capitalismo, não podem ser reprodutores de ideologias que auxiliam e fortalecem esse sistema. Para a tarefa colocada aos trabalhadores de derrotar a burguesia e construir uma sociedade igualitária, são necessários todos os nossos. Por isso, é responsabilidade das entidades sindicais a criação das condições para que as trabalhadoras se envolvam cada vez mais nas lutas cotidianas, tanto nas bases de seu sindicato quanto em cargos de direção. Tal combinação é fundamental não apenas porque os setores oprimidos são um amplo setor da classe trabalhadora e têm sido bastante dinâmicos nas mobilizações do último período, mas também porque o sindicato se constitui como um espaço de educação do conjunto dos trabalhadores de que é necessário assumir a luta contra o machismo, o racismo, a LGBTFOBIA e toda forma de opressão. A partir dessa concepção o Sind-REDE/BH tem incorporado cada vez mais, no seu calendário de atividades, as manifestações alusivas aos dias de luta dos setores oprimidos como 8 de Março – Dia de luta da mulher trabalhadora, 26 de Junho – Dia do orgulho LGBT, 25 de Julho- Dia da Mulher negra , latino americana e caribenha; 29 de Agosto- Dia da visibilidade lésbica; 20 de Novembro – Dia da consciência negra; 25 de Novembro – Dia de combate a violência machista, para citar alguns. Sobre esses temas temos materiais diversos para apresenta o recorte de gênero e raça, principalmente para evidenciar que serão esses os trabalhadores mais afetados com os planos da burguesia de ataque aos nossos direitos. Há uma preocupação em garantir a presença equilibrada na composição das mesas e convidados nas coordenações, seminários e outros espaços do sindicato, ainda que seja necessário avançar na distribuição das tarefas políticas e não só as organizativas. Nas reuniões da direção do sindicato, é necessário buscar garantir a demarcação desses temas na reunião que visam sensibilizar e educar o conjunto dos trabalhadores.

Certamente é possível avançarmos muito mais nesses aspectos, já que são parte de uma prática cotidiana de combate ao machismo.
Todos esses processos são de extrema importância para o avanço do conjunto dos trabalhadores e para ampliar a base do sindicato. Contudo, os desafios do cotidiano são imensos e a pressão para seguir padrões que reforçam a opressão é real. Mesmo o processo de burocratização e a limitação das entidades aos temas meramente econômicos, fazem com que as entidades não consigam manter medidas para organizar e representar os setores oprimidos. É fundamental que desde a secretaria executiva nacional e das coordenações nacionais se impulsione tais políticas.

O XII congresso da REDE resolve:
Elaboração de materiais específicos ou de colunas voltadas ao tema nos materiais gerais do Sind-Rede/BH;
Desenvolvimento e inclusão de pautas de reivindicações específicas de mulheres na negociação coletiva e nas campanhas de sindicalização;
Realização sistemática por parte do sindicato de cursos, palestras e atividades sobre o tema, que incluam a participação dos homens, com o objetivo de promover um processo educativo ao conjunto da categoria;
Cotas para as mulheres nos cargos de direção do movimento;
Fortalecimento da Secretaria de Opressões do Sind-Rede/BH
Realização de um Seminário ou Encontro de Mulheres da categoria.
Assinam: Andrea (EMPEMM), Carolina (EMPDV), Clayton (EMPA), Cleonice (EMDRA), Evangely (UMEI Alaíde Lisboa), Flavia (EMWPG), Jacinta (UMEI Pituchinha), Neide (EMABH), Shirley (EMEPV), Tatiane (UMEI Santa Rosa), Vanessa Portugal (EMABH), Wanderson Rocha (EMMMF), Wilma (EMPAT).

Não à privatização e destruição da Educação Básica
Os governos de todas as redes públicas da educação aplicam as políticas ditadas pelos capitalistas, deliberadas nos organismos imperialistas, como o Banco Mundial e o FMI, coerentes com a diminuição da responsabilidade do Estado para com os serviços essenciais à população. As bases curriculares de ensino público sempre estiveram de acordo com a política econômica, ditada desde o EUA para todos os países. Os governos federal, estaduais e municipais da burguesia, inclusive os de conciliação de classes, implementam a fundo esses planos. Na educação básica temos um cenário de desmonte em toda a América Latina. Em países como o México vivemos uma luta contra a criminalização dos ativistas. A terceirização já é uma realidade na educação há muitos anos, com várias formas de contratação, como, por exemplo, em Belo Horizonte as funções executadas na portaria, cantina, limpeza eram realizadas por concursados (Auxiliares de Escola), com o tempo passou por cooperativas, empresas e recentemente pelas Caixas Escolares, o que normalmente são contratos precários. Segundo dados do próprio governo dos cerca de 2 milhões e meio de trabalhadores da educação básica, 800 mil são contratados em caráter temporário, o que vai piorar com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Tetos dos Gastos), com a nova Lei das Terceirizações (Lei nº 13.429/2017) e também com a Reforma da Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) aprovada. A legislação do Teto dos Gastos e também a reforma trabalhista vão significar para a educação o fim dos concursos públicos e a ampliação dos contratos de curto prazo, assim como a precarização ainda maior das condições de trabalho nas unidades escolares. Os trabalhadores terceirizados das instituições de ensino já vinham sofrendo com o descaso de todos os governos anteriores. São décadas com a falta de concurso, salários rebaixados e constante assédio moral. Precisam conviver com ameaça constante de demissão e se sujeitar as precárias condições de contratação. É fundamental que continuemos organizando este setor e que lutemos como uma única categoria. É por este setor que começou a ser privatizada a educação a começar pela limpeza, manutenção e portaria das escolas. Para implantar a meritocracia, que desmonta as tabelas de carreira, os governos fazem uso de demissões e punições para quem não alcança as metas ou que lutam para garantir os direitos trabalhistas e educacionais, combatendo a lógica de transformar a educação pública num supermercado. A meritocracia como linha mestra do ensino usa a aplicação de bônus e premiações, estabelecendo dentro das escolas uma divisão entre os trabalhadores da educação e uma corrida individual para ver quem tem direito a esse "prêmio" traiçoeiro.
Por outro lado, os governos buscam, através do corte de verbas e do congelamento dos recursos, cada vez mais formas de privatizar o ensino. Em vários estados e municípios os governos já utilizam a forma de PPPs para a construção e reformas de escolas, entregando todo o gerenciamento da unidade para a iniciativa privada.
Outras duas modalidades para privatização e destruição da educação pública são a cessão de escolas para a administração de "organizações sociais". Na verdade, são empresas privadas que recebem o dinheiro público, que deveria ser destinado às escolas públicas. Porém, funcionam só para atender os interesses empresariais e políticos de seus donos, que retribuem aos governantes, bancando seus candidatos nas eleições. Em BH devemos ficar em alerta com o PL 1581/15, serviço social autônomo. Em relação ao Piso Nacional da educação, que já era insuficiente, não é aplicado em quase nenhum estado, tanto no que ser refere ao seu valor quanto no tempo de hora atividade, e agora a política é acabar com a Lei do Piso e rebaixar ainda mais os salários da educação, não podemos nos esquecer que não existe uma legislação que garanta um piso salarial para os funcionários de escola, setor mais precarizado da educação. A evasão escolar no ensino médio só aumenta.

Só metade dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio. A reforma do Ensino Médio, ao contrário do que diz o governo, vai fragilizar ainda mais essa situação, pois retira do currículo disciplinas como História, Geografia e não garante que os estudantes poderão realmente escolher seus "caminhos pedagógicos" no novo modelo, pois estes caminhos têm de ser oferecidos pelas escolas a partir de sua realidade. Porém o maior problema da reforma do Ensino Médio é justamente que ela é combinada com o modelo de privatização da educação público as escolas, será combinada com os modelos de PPPs e OSs, portanto é a continuidade do modelo privatista iniciado nos governos anteriores. Como foi aprovada a famigerada Emenda Constitucional 95 (anterior PEC 55) os recursos para educação pública estão, na prática, congelados por 20 anos, o que inviabiliza a oferta de cursos nas instituições públicas de educação, e as obriga a ficarem reféns de financiamentos privados para funcionar. Como se tudo isto não bastasse, ainda há os ataques que tentam censurar a educação como as várias propostas de "Escola sem Partido" e "leis da mordaça" que estão em tramitação em vários Estados e Municípios, tentado impedir a educação para a diversidade sexual, para o combate ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e a diversidade sexual. Impedindo que várias propostas pedagógicas possam ser implementadas, podendo ser apenas aplicado o que for de interesse dos governos e dos grandes grupos empresárias. Por fim , o agravamento se completa com a militarização das escolas que passam a ser geridas pela Polícia Militar como temos visto no estado de Goiás. Tal medida gera um modelo excludente e baseado somente na instrução disciplinizadora e robotizante da juventude, desrespeitando e deslegitimando o desenvolvimento e contribuição da juventude para a educação.

Diante do quadro descrito acima propomos:
1) Lutar contra todas as políticas neoliberais e imperialistas que atacam a educação pública! 2) Organizar a luta contra o desmonte da Educação Pública em todo Brasil! 3) Por 10% do PIB exclusivamente para a Educação Pública Já e não somente em 2024! 4) Pela Gestão Democrática de todos os níveis da Educação Pública, envolvendo todos os segmentos das comunidades escolares! 5) Contra a Meritocracia! 6) Pela garantia de todos os recursos constitucionais para a Educação! Abaixo os cortes, contingenciamento e desvio de verbas da educação! 7) Contra a política de fundos de financiamento da educação! Pelo envio de dinheiro direto para escola! 8) Contra o PNE e seus similares estaduais e municipais que permitem a privatização da educação pública! Pela elaboração de planos de educação dos trabalhadores e do povo brasileiro! 9) Cumprimento da Lei Nacional do Piso para todos trabalhadores em educação, independente da jornada de trabalho, com as devidas aplicações ao ingresso por nível médio e superior. 10) Em defesa da lei do Piso salarial nacional baseado no salário mínimo do Dieese e 50% de hora-atividade! 11) Pela revogação da Reforma do Ensino Médio! Pelo debate permanente e elaboração de programas educacionais de acordo com as comunidades escolares! 12) Pela educação para o combate ao machismo, ao racismo, contra a LGBTFOBIA e todas as formas de opressão! 13) Contra a "Lei da Mordaça"! Por uma educação livre, laica, anti-opressora a serviço e sob o controle dos trabalhadores e do povo pobre! 14) Contra a imposição de sistemas educacionais nas escolas! Pela garantia da autonomia pedagógica e administrativa das escolas e UMEIs! 15) Contra as OS's e PPPs na Educação! 16) Contra a Militarização da Educação! 17) Unificação da Carreira da Educação Infantil. 18) Construir e participar do terceiro ENE (Encontro Nacional da Educação) a ser realizado em 2018! **Assinam:** Andrea (EMPEMM), Carolina (EMPDV), Clayton (EMPA), Cleonice (EMDRA), Daniel (EMLGJ), Débora (EMZA) Diana (EMZA), Edilaine (EMDJS), Flavia (EMWPG), Ivone Fernandes (EMPHB), Jacinta (UMEI Pituchinha), Neide (EMABH), Shirley (EMEPV), Solange (EMDMH), Vanessa Portugal (EMABH), Wanderson Rocha (EMMMF), Wilma (EMPAT).

Resolução sobre Terceirização

1. Considerando que os trabalhadores terceirizados (como Caixa Escolar e outros) são os mais explorados dentre os trabalhadores em educação; recebem os menores salários, variando de 25% à 40% menos que um trabalhador direto segundo dados do DIEESE; permanecem menos tempo (em média 2,7 anos) contratados nas empresas enquanto o trabalhador direto permanece em média 5,8 anos (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho); trabalham em locais com mais risco e em situação de insalubridade; sofrem mais assédio moral; sofrem com o racismo, machismo e LGBTfobia; e perdem seus direitos quando são demitidos.
2. Que os 13 anos de governo do PT (2013-2016) fez com que os trabalhadores perdessem direitos como aLei de terceirização das atividade meio, Reforma da Previdência (2003) dificuldade de acessar o PIS, Seguro Desemprego, privatizações.
3. Que o governo Temer, deputados, senadores e judiciário vem aprofundando a retirada de direitos através da Lei de Terceirização, Reforma Trabalhista, Privatizações;
4. Que partidos como PSDB, PMDB, DEM, entre outros contribuíram com o governo Temer na retirada de direitos;
5. Que somente o concurso público junto a lei 1.813/16 que garante 20% de reserva de vagas aos trabalhadores negros e pardos garantirá estabilidade, plano de carreira, melhores salários e condições de trabalho;
6. Entendemos que sempre foi um desafio histórico dos trabalhadores do serviço público mostrarem para a população que suas reivindicações atendem também o interesse das mesmas, sendo que ao longo do tempo os

governos se aproveitam das indignações da população e as colocam contra os trabalhadores nos períodos de greves. Diante desse quadro compreendemos que os trabalhadores do caixa escolar, que em sua maioria são moradores das comunidades, das quais estão inseridas as instituições escolares, podem cumprir um papel estratégico na disputa da opinião pública, espaço este sempre bombardeado pelas propagandas dos governos.
7. Que para darmos início à estas possibilidades se faz necessário que as contradições nos discursos de unidade sejam superadas e de fato consigamos realizar campanhas unificadas e integradas de todos os trabalhadores, sejam eles artífices, porteiros, monitores, faxineiros, cantineiras, auxiliares de biblioteca, escola, secretaria e professores, afinal, são todos trabalhadores em educação. Sem a presença desses profissionais as escolas não funcionariam e por isso não faz sentido fazer mobilizações separadas, partindo do ponto de vista que todo movimento dividido enfraquece as lutas. Sendo assim, é obrigação do sindicato trabalhar por uma unificação de fato desses trabalhadores que atuam nas escolas.
8. Entendemos também que é necessário o sindicato ir além de afirmar que o trabalho terceirizado não é ideal, isto qualquer trabalhador que esta nesta situação já sabe através do seu contra cheque e com sua relação precária com a escola, precisamos de fato construir alternativas que atendem o interesse desses trabalhadores, pois os mesmos dedicaram parte de suas vidas neste trabalho e agora correm o risco de serem demitidos sem que haja uma grande reação de forma organizada. Esperamos que esse congresso aponte estas saídas e em especial pela organização e luta direta.

O XII Congresso da REDE Carolina de Jesus resolve:

1. Que o Sind-REDE/BH lutará pela revogação das leis de Terceirização e Reforma Trabalhista;
2. Que o Sind-REDE/BH continue a defender o direito de trabalhar para todos e todas e a defesa de concurso público com cotas raciais de acordo com o percentual de negros e pardos da região, com provas práticas para as vagas ocupadas pelos terceirizados sem implicar em demissões no caso de não conseguirem passar nas vagas existentes do concurso.
3. Que o Sind-REDE/BH defenda a qualidade de vida dos trabalhadores exigindo das patronais políticas de integração, prevenção à saúde física e psíquica de todos os trabalhadores e trabalhadoras.
4. Que o Sind-REDE/BH defenda a valorização dos trabalhadores exigindo que as patronais possam oferecer locais dignos para que os trabalhadores possam almoçar e descansar no horário determinado.
5. Que o Sind-REDE/BH continuará com suas ações de fortalecimento da luta dos setores terceirizados e que seus sindicatos filiados ampliarão para abarcar todos os trabalhadores presentes nos locais de trabalho.
6. Que o Sind-REDE/BH lute pela presença de medidas reparatórias como a lei 1.813/16 de cotas raciais, bem como lute pela ampliação considerando o percentual de negros e pardos de cada região, uma vez que a população negra e parda brasileira é mais de 50%.

Assinam: André Luiz Ramos Veloso (Caixa Escolar da EMLGJ), Cássia Alves, Eva Lúcia (Caixa Escolar da EMLGJ), Clayton (Professor da EMPA), Lacerda dos Santos Amorim (Caixa Escolar da EMLGJ), Dayse Antônia França, Elaine Andrade da Silva, Nivea de Matos (Caixa Escolar da EMLGJ), Romilson Gomes de Lima (Caixa Escolar da EMLGJ), Simone Martins de Almeida (Caixa Escolar da EMLGJ), Wanderson Rocha (Professor da EMMMF).

Uma saída classista e socialista na Venezuela não passa por apoiar Maduro e muito menos a direita imperialista!

O processo venezuelano é um dos mais importantes na América Latina na atualidade, cujo resultado pode marcar o desenvolvimento da luta de classes no continente. A crise na Venezuela vem ganhando episódios a cada dia mais dramáticos. Com uma hiperinflação de cerca de 700% ao ano, desabastecimento, desemprego e uma economia em depressão, com uma redução do PIB de quase 19% somente no ano passado, 81% das famílias estão em situação de pobreza. Já existe um movimento de refugiados e a estimativa é que mais de 12 mil venezuelanos tenham vindo para o Brasil desde 2014, sem contar a ida a outros países como a Colômbia. A repressão do governo Nicolás Maduro e os violentos conflitos entre chavistas e a oposição de direita já deixaram, pelo menos, 125 pessoas mortas e quatro mil feridas, de abril a agosto deste ano. Com o recrudescimento do regime, organizações de Direitos Humanos tem denunciado prisões arbitrárias (cerca de cinco mil pessoas) e até torturas. Diante do agravamento da crise e dos conflitos no país, fornecedor estratégico do petróleo aos Estados Unidos, o presidente Donald Trump declarou que "não descarta uma opção militar" na Venezuela para resolver a situação. Novamente, a maior potência imperialista do planeta ameaça um país semicolonial, o que é inadmissível.No governo Chávez foram três tentativas do imperialismo de tirá-lo do poder, com o golpe em 2002, o locaute e o referendo revogatório, em 2004. Tentativas fracassadas graças à corajosa luta do povo venezuelano. Mas, desde então, a tática do imperialismo tem sido o apoio à oposição de direita, principalmente à MUD (Mesa de Unidade Democrática), para que esta tome o poder através das eleições.Não há dúvidas de que diante de um golpe ou ação militar do imperialismo, nossa posição é de defesa do povo venezuelano contra o ataque norte-americano, sem que isso signifique de forma alguma qualquer tipo de

apoio ao governo Maduro. Contudo, apesar da retórica belicista de Trump, a exemplo do que também ocorre com a Coréia do Norte, nada indica, por enquanto, que isso possa se concretizar de fato com um ataque ou golpe militar. Em contrapartida, o que é possível constatar hoje é um brutal recrudescimento do bonapartismo na Venezuela sob o governo Maduro. No dia 4 de agosto, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), um parlamento temporário destinado a durar dois anos para elaborar uma nova Constituição. Eleita sob denúncias de fraudes e com critérios desproporcionais, a ANC é formada exclusivamente por chavistas. Foi a solução encontrada por Maduro para tentar controlar a situação, diante do rompimento de amplos setores populares com o governo e a perda do controle do Parlamento, desde 2015, quando a oposição de direita elegeu mais de dois terços da Assembleia Nacional. Desde então, Maduro ignorou o Parlamento e passou a se apoiar nas Forças Armadas. A "Constituinte" é uma manobra ditatorial para fechar ainda mais o regime autoritário e bonapartista na Venezuela, representando um outro patamar na crise do país. As primeiras medidas adotadas pela nova Constituinte definiram, por exemplo, que nas eleições regionais de outubro (que vinham sendo adiadas desde o ano passado), os candidatos terão de ter um "atestado de boa conduta" da Constituinte. Ou seja, só serão aceitos os candidatos que o governo autorizar. Maduro também entregou um projeto à ANC para punir "quem sair às ruas para manifestar intolerância e ódio" com até 25 anos de prisão, numa evidente manobra para acabar com qualquer protesto contra seu governo.

A perda do apoio popular do chavismo

Chávez ganhou prestígio popular depois da grande mobilização revolucionária que ficou conhecida como "Caracazo", quando a população pobre saiu dos bairros para protestar e saquear o comércio, em meio à uma grave crise econômica na década de 80. O coronel do Exército, preso por uma tentativa de golpe, se colocou como defensor dos pobres contra as oligarquias que sempre dominaram a Venezuela, foi eleito em 1998 e teve grande apoio enquanto viveu. Conseguiu isso graças à uma favorável base material para suas políticas. Com o preço do petróleo em alta, Chávez utilizou parte dessa renda para implementar políticas compensatórias que, se por um lado, significaram algumas melhorias no nível de vida das massas empobrecidas, nem de longe enfrentaram ou resolveram o grave problema do desemprego e da histórica desigualdade social no país.

Com Maduro, a perda dessa base material, com a brutal queda no preço do petróleo nos últimos anos, levou à deteriorização da economia da Venezuela, na medida em que a política do governo seguiu privilegiando os interesses imperialistas. O fato é que, apesar do discurso "antiimperialista", o chavismo, seja com Chávez ou Maduro, nunca significou na prática um enfrentamento concreto ao imperialismo estadunidense e muito menos europeu. A Venezuela sempre seguiu rigorosamente o pagamento da Dívida Externa, principal mecanismo de espoliação e rapinas dos países coloniais, e nunca deixou de manter a relação privilegiada de fornecedor do petróleo aos EUA. Longe do discurso do "socialismo do seculo 21", com Chávez ou Maduro, nunca houve um ataque aos lucros ou à propriedade privada. Ao contrário. O chavismo deu origem à chamada "boliburguesia", os empresários bolivarianos oriundos da alta cúpula das Forças Armadas e grandes grupos empresariais, envolvidos em denúncias de corrupção, contrabando de petróleo e alimentos.

Por uma alternativa que derrote Maduro, a oposição de direita e o imperialismo

O histórico da luta do povo da Venezuela demonstra que as massas com suas mobilizações derrotaram a burguesia venezuelana e o imperialismo por várias vezes, recorrendo à autoorganização e ao armamento popular, paralisando e dividindo as Forças Armadas. Apesar da MUD polarizar as disputas internas com o governo de Maduro, essa oposição de direita pró-imperialista não conta com o apoio da maioria da população, principalmente a mais pobre. Tampouco representa uma solução já que sua política aponta para o aprofundamento do neoliberalismo e ainda mais entrega das riquezas do país ao imperialismo. O problema é que após 19 anos de chavismo, infelizmente, não se construiu uma alternativa de esquerda ao governo. Vale destacar uma responsabilidade de grande parte da esquerda mundial que capitulou durante anos ao chavismo e ainda hoje vacila com Maduro. Defender uma saída classista e socialista para os trabalhadores e o povo passa por lutar contra a ditadura de Maduro, contra a oposição de direita e o imperialismo e pela construção de uma alternativa independente dos trabalhadores da Venezuela. Fora Maduro! Por uma greve geral organizada pela base para derrubar o governo e esse regime! Por um "venezuelaço" que unifique todas as lutas contra Maduro!

Eleições gerais imediatamente! Abaixo a repressão! Liberdade e autonomia sindical! Eleições livres em todos os sindicatos, sem interferência do Estado! Pela mais ampla unidade de ação contra a ditadura de Maduro! Os trabalhadores devem se organizar e decidir pela base as ações contra o governo. Nenhum apoio à MUD, que quer capitalizar o descontentamento da população para impor um plano econômico ainda pior! Pela independência política dos trabalhadores em relação aos dois blocos burgueses! Expropriação das empresas da boliburguesia e de todas as grandes empresas! Pelo controle operário e popular da produção e da distribuição dos alimentos! Em defesa do povo pobre, expropriar os alimentos das empresas burguesas! Prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores! Nem Maduro, nem MUD! Por um governo socialista dos trabalhadores! Pela construção de uma direção revolucionária!

Assinam: Andrea (EMPEMM), Carolina (EMPDV), Clayton (EMPA), Daniel (EMLGJ), Flavia (EMWPG), Ivone Fernandes (EMPHB), Neide (EMABH), Shirley (EMEPV), Vanessa Portugal (EMABH), Wanderson Rocha (EMMMF).

FORMAR AS NOVAS GERAÇÕES DE TRABALHADORXS DA EDUCAÇAO

A Rede Municipal vem passando por um processo de grande renovação de seus trabalhadorxs, quase metade do corpo docente da Rede aposentou recentemente ou estará em condições de se aposentar em breve. Uma geração que construiu, cotidianamente, a luta em defesa da escola pública municipal e de seus direitos trabalhistas. Uma geração que teve muitas conquistas e tem resistido aos ataques de desconstrução da escola municipal.
Por isso, precisamos elaborar e implementar políticas de formação das novas gerações de docentes na Rede. Novas gerações que entraram em uma rede de educação com plano de carreira, repasse financeiro para as escolas, mas que usufruiu por pouco tempo das reuniões pedagógicas coletivas dentro do horário de trabalho ou mesmo não vivenciaram isto.
Estas políticas devem propiciar espaços de encontro entre distintas gerações para socializar as histórias de luta que precisam ser registradas e divulgadas para o conjunto da categoria, além de ser capaz de dialogar com a diversidade sóciocultural presente em nossa sociedade.
Por isso, propomos:
- Incentivar a constituição de Coletivos temáticos permanentes: anti-racismo, mulheres, saúde dx trabalhadorx, aposentadxs, LGBT, inclusão, financiamento, como espaços para reflexão pessoal e coletiva da prática pedagógica.
- Incentivar a constituição de Coletivos setoriais permanentes: EJA, terceiro ciclo, biblioteca, secretaria, limpeza/cantina/portaria, monitorxs, educação infantil, como espaços para reflexão coletiva de elaboração pedagógica e sindical.
- Trabalho conjunto com demais sindicatos da educação, dxs servidorxs municipais e movimentos sociais.
- Incentivar a criação de mecanismos que possibilitem a formação continuada em serviço, com investimento em pesquisas.
- Lutar pela reconquista das reuniões pedagógicas como espaços de formação continuada e em serviço, dentro da nossa jornada semanal de trabalho.
- Promover formação política e sindical para a categoria, em especial, para os/as representantes de escola e direções escolares.
- Promoção mensal de eventos artísticos e culturais.